



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA VOLUNTÁRIA – PICVOL

**“VOCÊ VAI SE ARREPENDER DE LEVANTAR A MÃO PRA MIM?”:
INCIDÊNCIA E DIAGNÓSTICO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
QUE ATINGEM AS MULHERES DO ALTO SERTÃO SERGIPANO.
Você vai se arrepender de levantar a mão pra mim?”: Incidência e diagnóstico dos
casos de violência doméstica que atingem as mulheres do alto sertão sergipano na
cidade de Nossa Senhora da Glória**

Área do conhecimento: Ciências Humanas Subárea do
conhecimento: Antropologia Rural
Especialidade do conhecimento: Violência Contra mulheres

Relatório Final
Período da bolsa: de (agosto 2018) a (agosto 2019)

Este projeto é desenvolvido com bolsa de iniciação científica

PICVOL

Orientador: Patricia Rosalba Salvador Moura Costa
Autor: Leila Oliveira Silva

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	3
2 OBJETIVOS	5
3 METODOLOGIA	6
4 RESULTADO E DISCUSSÕES.....	6
DO PERFÍL DAS VÍTIMAS: MULHERES MARCADAS PELAS VIOLÊNCIAS EM NOSSA SENHORADA GLÓRIA.....	6
DOS DADOS DO AUTOR DE VIOLÊNCIAS DOMÉSTICAS: AS MASCARAS DE UM PERFIL VIOLENTO	20
DA OCORRÊNCIA DOS CRIMES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: OS LUGARES E CONDIÇÕES ECOLHIDOS PELO AUTOR	27
DAS MEDIDAS PROTETIVAS: A PROTEÇÃO QUE NEM SEMPRE PROTEJE ..	36
DO ACESSO A ORGÃOS DE REDE OFICIAL OU INFORMAL DE APOIO: DA RESPONSABILIDADE DO ESTADO À COMOÇÃO DE UM VIZINHO.....	38
5 CONCLUSÃO.....	42
6 PERSPECTIVAS DE FUTUROS TRABALHOS	43
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43
8 OUTRAS ATIVIDADES	44
9 JUSTIFICATIVA DE ALTERAÇÃO NO PLANO DE TRABALHO	48

1 INTRODUÇÃO

O presente relatório de pesquisa tem como objetivo apresentar dados referentes ao perfil da vítima e de agressor envolvidos/as em episódios de violências doméstica que chegaram ao conhecimento do poder público, no período de 2012 a 2017, no município de Nossa Senhora da Glória. Para tanto, realizamos pesquisas nas seguintes instituições: Delegacias de Polícias, Poder Judiciário, Organizações de Políticas para Mulheres. Foram estudados Inquéritos Policiais tipificados como violência doméstica, seguindo as normativas da Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha-LMP.

A violência, fenômeno cultural e polissêmico, é uma questão de saúde pública devido às consequências graves a todas as pessoas que se encontram em situação de violência. O foco desse estudo refere-se à violência contra a mulher, tipificada pela lei 11340/06, Lei Maria da Penha, em seu art.5º que configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. Com a promulgação dessa Lei e a criação e implementação das políticas públicas de atenção à mulher, faz-se necessário conhecer como tem ocorrido as notificações e o acompanhamento das pessoas em situação de violência, a fim de mapear e avaliar rede de enfrentamento à violência. Todavia, a escassez de dados que combinem informações qualitativas e quantitativas sobre tais notificações dificulta o acompanhamento das pessoas inseridas nos sistemas judiciários e da saúde.

Baseando-se nessa perspectiva, a violência contra a mulher é entendida como o resultado das relações de poder entre homem e mulher, tornando visível a assimetria relacional entre eles, socialmente estabelecida (WATTS; ZIMMERMAN, 2002). Com o advento da Lei Maria da Penha, o sentido acerca da violência contra a mulher foi ampliado. Qualquer ação ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico, tanto no âmbito público como no privado, motivada apenas pela condição de ser mulher, caracteriza-se por violência (BRASIL,2006).

Segundo o Mapa da Violência sobre homicídios de mulheres no Brasil (2015), o País ocupa o 5º lugar com maior índice de violência contra as mulheres, dentre 84 nações pesquisadas. Apesar desses altos números, estamos vivendo um momento de retrocesso, após a última eleição para presidente da República, com o fortalecimento de

pautas que desconsideram os atuais debates civis sobre laicidade do Estado e direitos das mulheres. Além disso, está em pauta o Projeto de Lei Escola Sem Partido que foi criado, para limitar a liberdade de cátedra dos docentes.

No cenário brasileiro no que diz respeito à violência de gênero, Debert e Gregori (2008, p.134) sinalizam que a realidade é paradoxal. Mistura características democráticas e autoritárias: os direitos políticos são respeitados, porém, "os camponeses, os favelados, os índios, as mulheres etc. não conseguem normalmente receber tratamento justo nos tribunais, ou obter dos órgãos do Estado serviços aos quais têm direito, ou estar salvos da violência policial".

Saffioti (2004) afirma que a violência de gênero, a violência contra as mulheres, a violência doméstica, a violência intrafamiliar, passam despercebidas, e por vezes, não são reconhecidas, o que indica que as estatísticas sobre as violências de gênero no Brasil podem ser ainda mais graves que o revelado.

Quando pensamos a questão das mulheres que vivem no interior do Brasil, procuramos avaliar como as políticas públicas chegam aos pequenos e distantes municípios, talvez essas mulheres tenham dificuldade em acessar os serviços de saúde e de justiça, como é o caso das vítimas de Nossa Senhora da Glória, cidades *lócus* da presente pesquisa. Em Sergipe, contamos com cinco delegacias de atendimento a grupos vulneráveis (Itabaiana, Lagarto, Estância, Nossa Senhora do Socorro e Aracaju), uma casa abrigo em Aracaju e seis Centros de Referência Especializados de Atendimento à Mulher (CREAM), além de Conselhos Estadual e Municipais de Defesa dos Direitos da Mulher, Organizações não Governamentais, um Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra à Mulher em Aracaju, e serviços de saúde.

A violência contra a mulher não separa por classe social, idade etc., mas as estatísticas evidenciam que as mulheres negras e pobres são as mais afetadas por esse tipo de violência, deixando claro que no Brasil temos muito que refletir sobre classe e raça tanto academicamente como para a efetivação de políticas públicas.

Para melhor aplicação da LMP foi previsto também o estabelecimento de uma rede

de atendimento para a prevenção e a assistência às mulheres que sofreram tal violência, entretanto, esta rede não está presente efetivamente em todo o território nacional, fato que dificulta o acesso das mulheres à prevenção e ao tratamento jurídico-penal e da saúde às mulheres em situação de violência.

As mulheres que vivem na Zona Rural por estarem geograficamente distante das cidades e com mais dificuldade no acesso às políticas públicas terminam por sofrer violências e não efetivarem denúncias por medo ou por pouca condição de acesso às delegacias e à rede de apoio.

Considerando as diversas possibilidades de pensar as violências contra mulheres, é necessário pontuar que este fenômeno não se esgota em si, tanto, que os altos índices de incidência continuam a chamar a atenção da sociedade e das autoridades. O presente projeto, através dos dados finais que ora lançamos é mais um instrumento de pesquisa que adentra no recôndito do Brasil, e expõe a violência que é registrada oficialmente nos autos dos Inquéritos Policiais no município de Nossa Senhora da Glória. Sendo assim, os resultados que seguem são frutos das pesquisadas de campo e das análises teóricas que seguimos, e propõem mostrar como está a situação dos atendimentos às mulheres e do tratamento jurídico -penal que as mesmas recebem ao procurarem à esfera pública para judicializarem as violências sofridas no âmbito privado.

2 OBJETIVOS

O presente relatório teve como objetivo apresentar dados referentes ao perfil da vítima e de agressor envolvidos/as em episódios de violências doméstica que chegaram ao conhecimento do poder público, no período de 2012 a 2017, no município **de Nossa Senhora da Glória**. Para tanto, realizamos pesquisas nas seguintes instituições: Delegacias de Polícias, Poder Judiciário Organizações de Políticas para Mulheres. Foram estudados Inquéritos Policiais tipificados como violência doméstica, seguindo as normativas da Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha.

3 METODOLOGIA

A pesquisa é apresentada a partir de estudos, leituras e análises coletivas feitas com a participação de pesquisadoras dos grupos de pesquisa XiqueXique/UFS/CNPq do Campus do Sertão. Este Campus tem como base pedagógica as metodologias ativas, e por isso todas as nossas construções de conhecimento são elaboradas com muitos debates.

A realização da pesquisa de campo teve como foco o estudo de documentos registrados na delegacia do Nossa Senhora da Glória, como Inquéritos Policiais, além da quantificação de casos registrados nas Organizações de Políticas para Mulheres locais, e das Medidas Protetivas concedidas pelo Poder Judiciário. A partir do acesso a esses documentos, quantificamos, analisamos e apresentamos os dados no presente relatório.

4 RESULTADO E DISCUSSÕES

DO PERFÍL DAS VÍTIMAS: MULHERES MARCADAS PELAS VIOLÊNCIAS EM NOSSA SENHORA DA GLÓRIA

Os resultados apresentados são frutos da análise dos Inquéritos Policiais coletados e examinados na delegacia de Nossa Senhora da Glória. Procuramos construir, através da averiguação dos dados um perfil das vítimas e autores, os tipos de violências registradas, as formas de emissão de Medidas Protetiva, além de entender como se constituem os modos pelos quais são estabelecidos os atendimentos às mulheres em situação de violência doméstica.

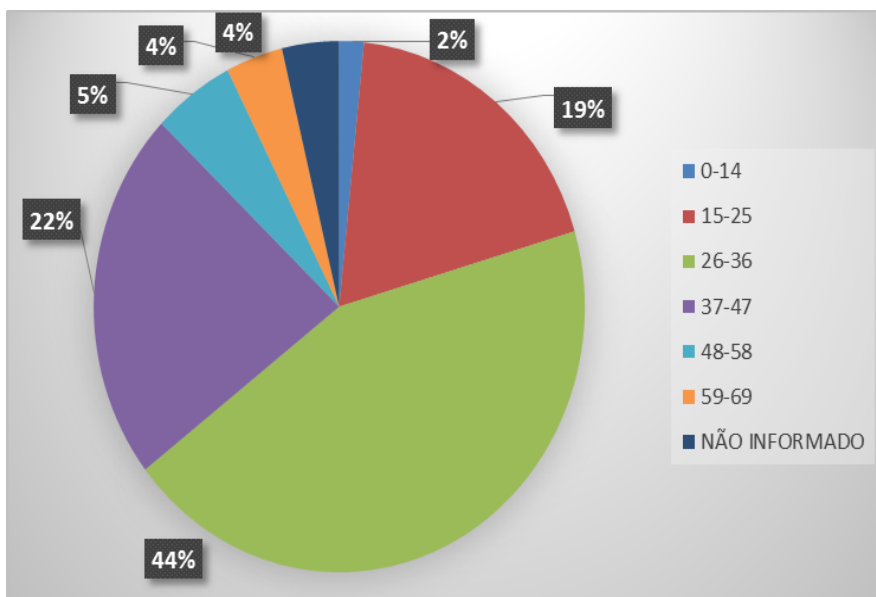
Para construir o perfil das vítimas trabalhamos com algumas categorias específicas: faixa etária, cor da cutis, zona de residência, município de residência, escolaridade, estado civil, vínculo afetivo com autor da agressão, tipos de agressão anterior vivenciada pela vítima, se houve denuncia das agressões anteriores, motivo da não denuncia, tempo de relacionamento, percepção de risco, profissão e se possui filhos.

Com relação à idade das vítimas de violência doméstica trabalhamos com as faixas estarias de idade expostas no gráfico 1. De acordo com este, os maiores índices de

violências afetam as mulheres com faixa etária entre 26 e 36 anos com porcentagem de 44%, seguidos dos casos em que essas mulheres estavam com idade entre 37 e 47 anos representando 22%. A terceira maior porcentagem é entre 15 e 25 anos com 19%, ou seja, as mulheres entre 15 e 47 anos de idade são as que mais procuraram a delegacia para registrar casos de violências. Em porcentagens menores estão as vítimas com idade entre 48 e 58 anos representando 5% dos casos registrados, e as mulheres entre 59 e 69 anos com 4% e em menor número as crianças e adolescentes menores de 14 anos representando 2%.

Os casos em que a idade não foi informada, são caracterizados como “não informados” e estão representados em 4% do total. A margem de idades usadas para coleta desse dado deixa claro quatro informações importantes: a) Os registros de violências contra mulheres mostra que as vítimas concentram todas as idades; b) As mulheres em idade reprodutivas são as que mais denunciam (15 e 47 anos); c) Há uma porcentagem considerável de violência que atinge mulheres entre 48 e 69 anos; d) O número de casos em que a delegacia não registra o dado ainda é alto, e mostra a necessidade de ter este cuidado para que se possa conhecer de fato os casos que chegam ao conhecimento da autoridades.

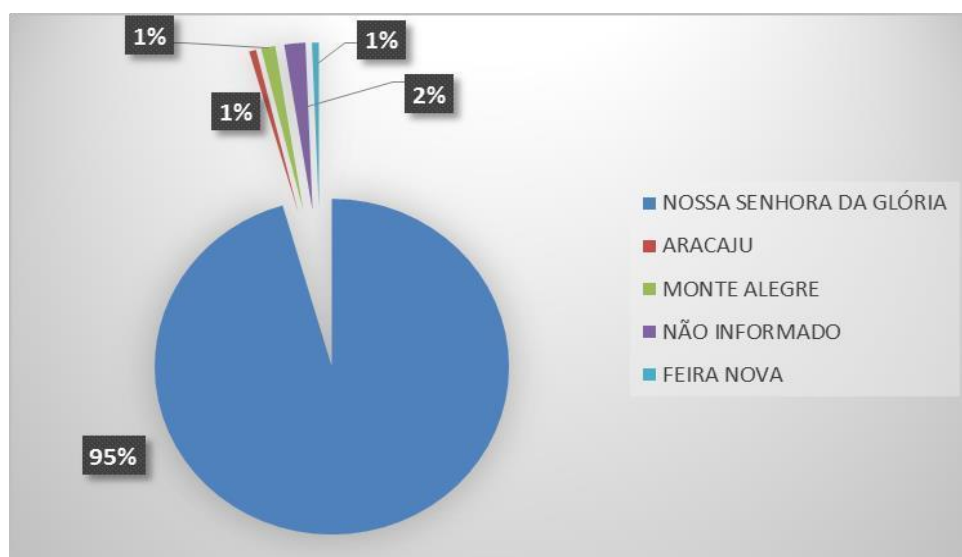
GRÁFICO 1: FAIXA ETÁRIA DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIAS DOMÉSTICA, REGISTRADAS NA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA-SE NOS ANOS DE 2012 A 2017.



Fonte: Processos referentes aos crimes de violências domésticas registrados na delegacia regional de polícia civil de Nossa Senhora da Glória - SE nos anos de 2012 a 2017.

No que diz respeito à moradia da vítima, percebeu-se que a maioria residia, no momento da denúncia, na cidade de Nossa Senhora da Glória com maior porcentagem ocupando 95% dos casos. No entanto, também houve casos de mulheres que moravam em Aracaju (1%), e 1% para cada um dos municípios vizinhos Monte Alegre e Feira Nova, além disso, 2% de casos não foram informados. O gráfico abaixo evidencia local de residência da vítima à época da denúncia.

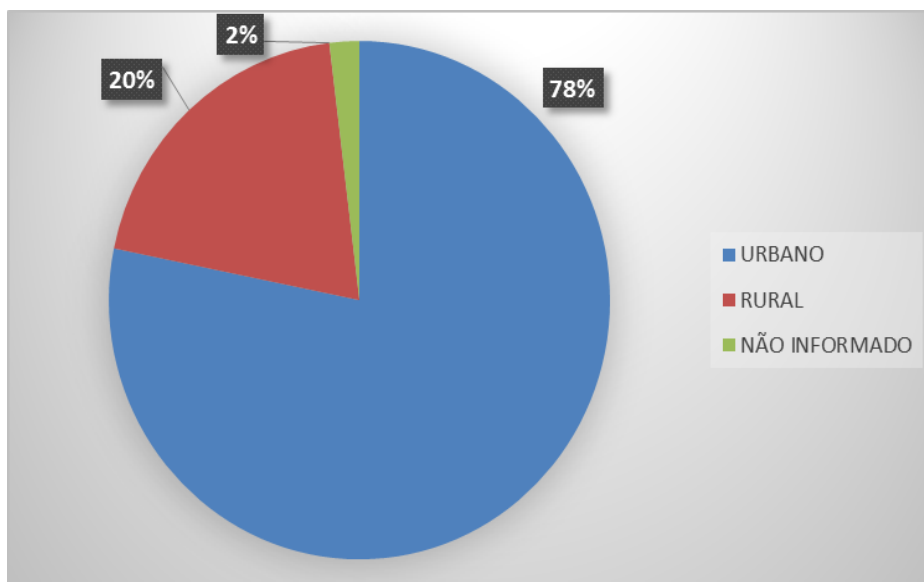
GRÁFICO 2: MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIAS DOMÉSTICA, REGISTRADAS NA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA-SE NOS ANOS DE 2012 A 2017.



Fonte: Processos referentes aos crimes de violências domésticas registrados na delegacia regional de polícia civil de Nossa Senhora da Glória - SE nos anos de 2012 a 2017.

A zona de residência dessas vítimas também é uma informação importante, pois evidencia como está a situação das mulheres camponesas em relação ao acesso às políticas públicas de segurança e saúde. O gráfico 3, portanto, revela um número de 78% de mulheres da Zona Urbana que denunciaram as violências. Apenas 20% das mulheres que efetivaram as denúncias vivem em contexto rural, isso pode apontar para o fato de que na Zona Rural seja mais difícil para as vítimas lidar com essas temáticas e com os problemas ocasionados pelas violências sofridas, além disso, a dificuldade de acesso à delegacia por causa da distância e dos recursos financeiros, pode ser encarado como um problema enfrentado por essas vítimas.

GRÁFICO 3: ZONA DE RESIDÊNCIA DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIAS DOMÉSTICA, REGISTRADAS NA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA-SE NOS ANOS DE 2012 A 2017.



Fonte: Processos referentes aos crimes de violências domésticas registrados na delegacia regional de polícia civil de Nossa Senhora da Glória - SE nos anos de 2012 a 2017.

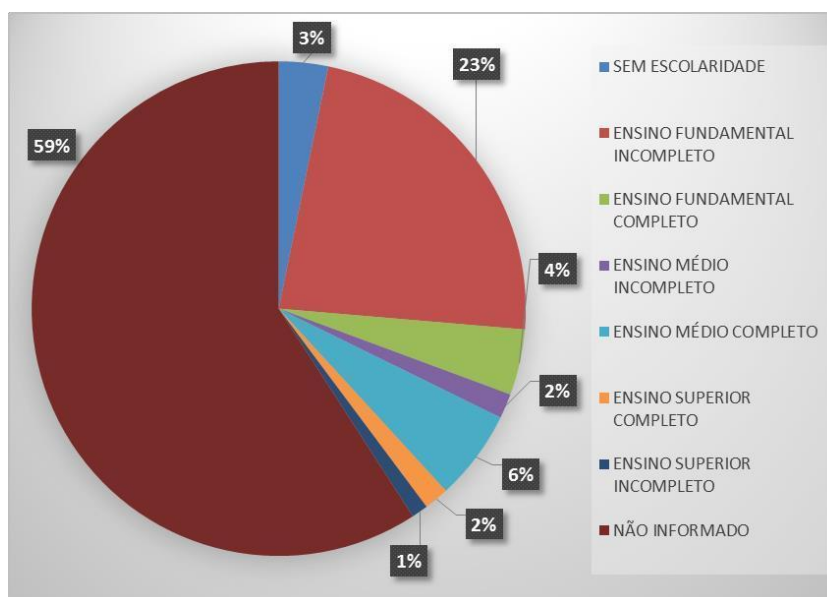
Outro dado que analisamos diz respeito ao nível de escolaridade das mulheres em situação de violência. A educação formal brasileira pode ser dividida em três estágios básicos: Ensino Fundamental, Ensino Médio e Superior, porém, para ampliar essa leitura trabalhamos aqui com Ensino Fundamental Completo (EFC) e incompleto (EFI), Médio Completo (EMC) e incompleto (EMI), Superior Completo (ESC) e incompleto (ESI), Sem Escolaridade (SE) e Não Informados (NI), cujo gráfico, mostra que 59% são NI, ou seja, em mais da metade dos casos não foram registrados pelas autoridades policiais essa informação. Parece contraditório, mas é um fato, o sistema judiciário tem falhado nesse aspecto de preenchimento dos dados solicitados e segundo (SADEK et al 1999 apud COSTA, 2008:129):

“... este é um ponto presente e que está incluído entre os fatores que contribuem também para soma da crise pela qual o judiciário brasileiro passa, ou seja, a falta de cuidado com os documentos pode refletir a pouca importância que os Operadores do Direito atribuem as peculiaridades de cada delito como elementos necessários para a busca de solução do conflito” (SADEK et al 1999 apud COSTA, 2008:129)

De fato, o elevado número de casos sem informação dificulta a precisão dos dados de estágio escolar dessas vítimas, restando-nos as seguintes inferências: 41% de dados precisos onde 23% são EFI, 6% em EMC, 4% EFC, 3% SE, EMI e ESC com 2% cada restando então 1% para casos de ESI.

Percebe-se que dos casos registrado, a baixa escolaridade ainda segue em maior índice e isso pode estar diretamente ligado a casamentos em idades precoces. As mulheres deixam de estudar para cuidar dos afazeres domésticos ou por dependência financeira do autor do delito, por ocuparem cargos que não dão subsidio financeiro suficiente, além de muitos outros fatores emocionais que estão envolvidos. Os casos de incompletude também chamam atenção, é possível que as mulheres sejam proibidas de dar continuidade aos estudos após casamento, ou após a vinda dos filhos. Em cidades de pequeno e médio porte do interior do Brasil, ainda são presentes expressões como: “Mulher minha não estuda” “ não tem pra que mãe de família ir pra escola” “ lugar de mulher casada é na cozinha” e até casos de pais que insistem em querer proibir que as filhas estudem porque para eles podem “ dar pra mulher safada”, ou seja, mulheres que tem a oportunidade de estudar e com isso se empoderam sobre suas vidas, seus corpos, também são mal vistas nessas regiões.

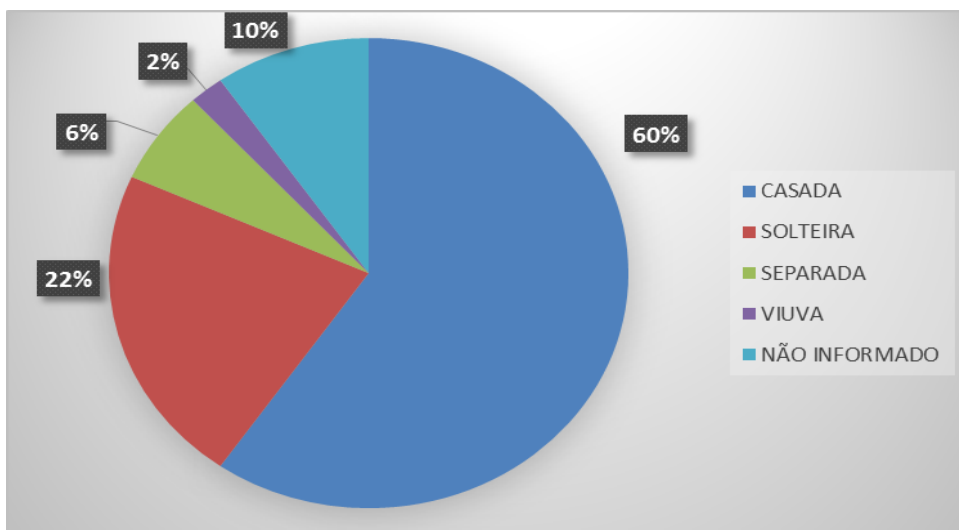
GRÁFICO 4: ESCOLARIDADE DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIAS DOMÉSTICA, REGISTRADAS NA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA-SE NOS ANOS DE 2012 A 2017.



Fonte: Processos referentes aos crimes de violências domésticas registrados na delegacia regional de polícia civil de Nossa Senhora da Glória - SE nos anos de 2012 a 2017.

Com relação ao estado civil dessas mulheres que denunciaram a agressão, o maior índice é de casadas com 60%, nesse caso incluímos também as mulheres que se declaravam “convivente”, ou seja, sem os vínculos formais do casamento da igreja e do civil. As Solteiras vêm logo depois com 22%, seguidas da categoria não informado com 10%, separadas com 6% e em menor índice as viúvas ocupando 2% do total. Diante disso, nota-se que as violências sofridas por parceiros íntimos alcançam um patamar alto. Portanto, o casamento e as relações duradouras que envolvem o afeto parecem ser instâncias que legitimam as violências contra mulher.

GRÁFICO 5: ESTADO CIVIL DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIAS DOMÉSTICA, REGISTRADAS NA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA-SE NOS ANOS DE 2012 A 2017.



Fonte: Processos referentes aos crimes de violências domésticos registrados na delegacia regional de polícia civil de Nossa Senhora da Glória - SE nos anos de 2012 a 2017.

O tempo de relacionamento da vítima com os autores das violências mostra que na maioria são relacionamentos duradouros que variam de 0- 1 ano (10,75%) e chega até mais de 30 anos (1,61%) sendo os casos de maior índice de 1-5 anos com 23,12%, 5-10 anos com 13,52% e a categoria “Não se Aplica” com 13,44% usadas para os casos em que os autores eram pais, filhos, irmãos, genro, ou seja, caso para os quais não se estabelece tempo de relacionamento, ou o relacionamento é contínuo e permanente. Para os casos não informados o dado é de 12,90%, relacionamentos de 10-15 anos 10,22%, 15-20 anos 8,60% e 20-25 anos 4,84%.

TABELA 1: TEMPO DE RELACIONAMENTO ENTRE VÍTIMAS E AUTORES DO CRIME DE VIOLÊNCIAS DOMÉSTICAS, REGISTRADOS NA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA - SE NOS ANOS DE 2012 A 2017.

TEMPO DE RELACIONAMENTO	OCORRÊNCIA	FREQUÊNCIA
0 MESES A 1 ANO	20	10,75%
5 A 10 ANOS	27	14,52%
1 A 5 ANOS	43	23,12%
10 A 15 ANOS	19	10,22%
15 A 20 ANOS	16	8,60%
20 A 25 ANOS	9	4,84%
MAIS DE 30 ANOS	3	1,61%
NÃO INFORMADO	24	12,90%
NÃO SE APLICA	25	13,44%
TOTAL	186	100%

Fonte: Processos referentes aos crimes de violências domésticas registrados na delegacia regional de polícia civil de Nossa Senhora da Glória - SE nos anos de 2012 a 2017.

O vínculo de relacionamento da vítima com autor mostrado na tabela 2 consta que 51,61% são os maridos da vítima, 32,26% são ex-maridos e exceto os 1,08% dos casos “não informados” os outros 15, 05% se dividem entre os casos onde os agressores são parentes consanguíneos e quando não, são muito próximos da vítima.

TABELA 2: VÍNCULO ENTRE VÍTIMAS E AUTORES DO CRIME DE VIOLÊNCIAS DOMÉSTICAS, REGISTRADOS NA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA - SE NOS ANOS DE 2012 A 2017.

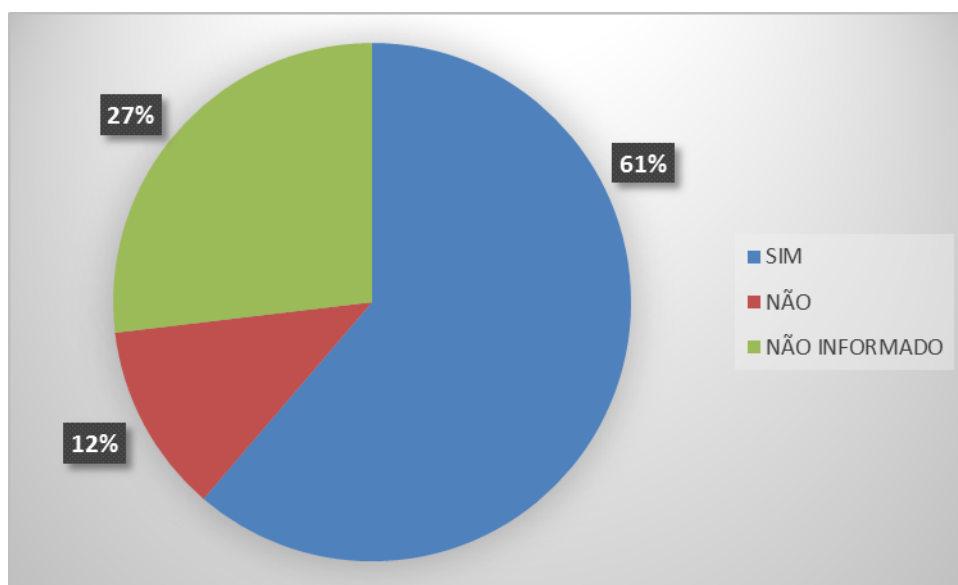
VÍNCULO COM AUTOR	OCORRÊNCIA	FREQUENCIA
MARIDO	96	51,61%
NAMORADO	3	1,61%
EX-MARIDO	60	32,26%
EX-NAMORADO	2	1,08%
NÃO INFORMADO	2	1,08%
FILHO	11	5,91%
PADASTRO	1	0,54%
PAI	5	2,69%
GENRO	3	1,61%

IRMÃO	1	0,54%
ENTIADO	1	0,54%
EX- CUNHADO	1	0,54%
TOTAL	186	100%

Fonte: Processos referentes aos crimes de violências domésticas registrados na delegacia regional de polícia civil de Nossa Senhora da Glória - SE nos anos de 2012 a 2017.

Se compararmos o gráficos 5 e a tabela 1 com o gráfico 6 veremos que 60% dessas mulheres são casadas e que estão distribuídas na tabela 1, em relacionamentos que podem ser considerados duradouros, e o gráfico 7 mostra alto índice de mulheres vítimas de agressão anterior representando 61% do total, seguido de 27% não informado e 12% que não havia sido agredidas anteriormente, ou seja a grande probabilidade é de que essas mulheres já venham num ciclo violência.

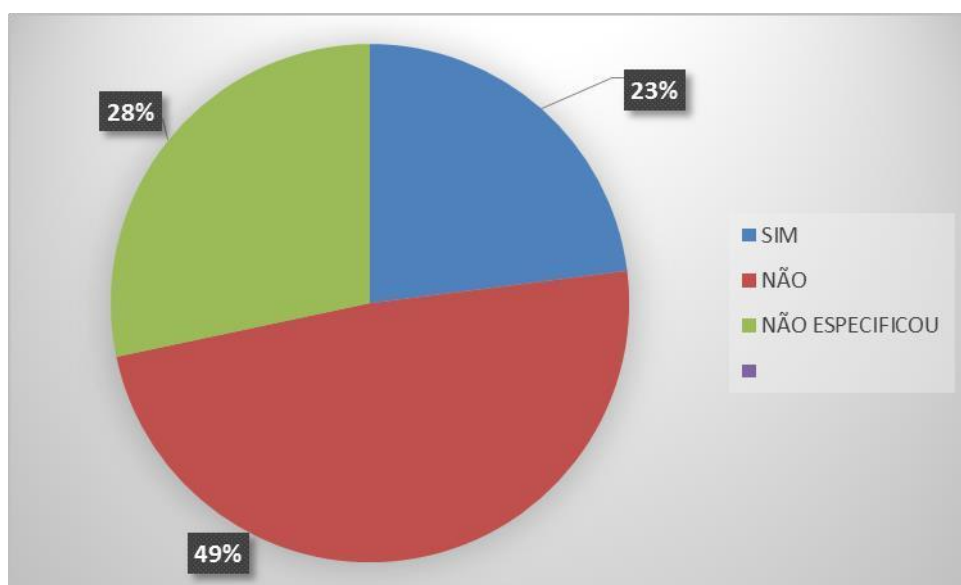
GRÁFICO 6: CASOS EM QUE A VÍTIMA JÁ HAVIA SOFRIDO VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, REGISTRADAS NA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA-SE NOS ANOS DE 2012 A 2017.



Fonte: Processos referentes aos crimes de violências domésticas registrados na delegacia regional de polícia civil de Nossa Senhora da Glória - SE nos anos de 2012 a 2017.

O gráfico a seguir mostra os casos em que a vítima havia feito denúncia das agressões sofridas anteriormente ou não, e também quando mesmo revelando em seu depoimento que havia sido vítima de agressão anterior não especifica se fez ou não a denúncia. 49% não denunciaram, 28% não especificou e apenas 23% já haviam denunciado.

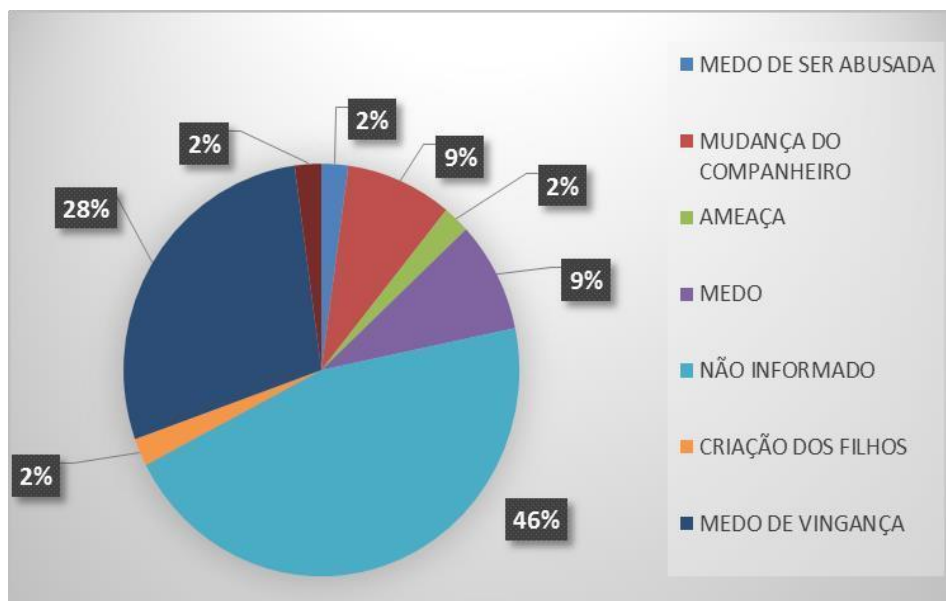
GRÁFICO 7: CASOS DE SE HOUVE DENÚNCIA DAS VIOLÊNCIAS DOMÉSTICAS SOFRIDAS ANTERIORMENTE, REGISTRADAS NA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA-SE NOS ANOS DE 2012 A 2017.



Fonte: Processos referentes aos crimes de violências domésticas registrados na delegacia regional de polícia civil de Nossa Senhora da Glória - SE nos anos de 2012 a 2017.

No gráfico anterior o número de não denúncia é muito alto e para explicar isso o gráfico 8 traz os motivos aos quais as vítimas se predem ou sentem dificuldades para publicizar a violência sofrida. Estes motivos variam, 28% informaram que sofrem medo de vingança por parte do agressor, 9% pela mudança de comportamento do companheiro e também por medo do agressor, além de casos em que: a mãe pede para não denunciar, as vítimas pensam na criação dos filhos e quando sofrem algum tipo de ameaça

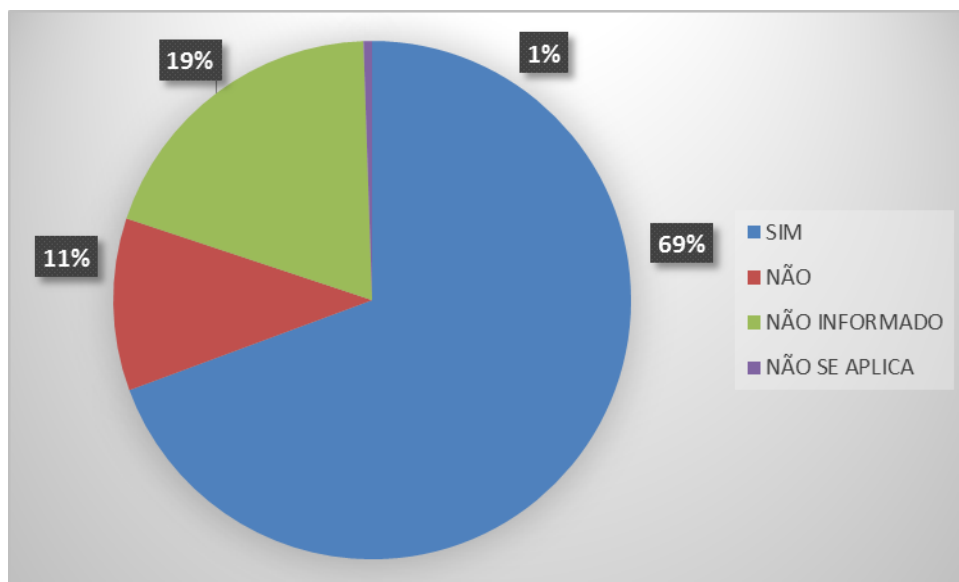
GRÁFICO 8: MOTIVO DA NÃO DENUNCIA DAS VIOLÊNCIAS DOMÉSTICA SOFRIDAS ANTERIORMENTE, REGISTRADAS NA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA-SE NOS ANOS DE 2012 A 2017.



Fonte: Processos referentes aos crimes de violências domésticas registrados na delegacia regional de polícia civil de Nossa Senhora da Glória - SE nos anos de 2012 a 2017.

Em seus depoimentos 69% das vítimas possuem filhos, 19% não informa, 11% não possuem e 1% incluem-se na categoria “não se aplica”, nesse caso, quando são crianças menores de 14 anos que sofreram algum tipo de violência por parte do pai, padrasto, irmão ou algum parente consanguíneo. Na maioria das vezes, os autores da violência são os próprios pais dos filhos das vítimas, colocando os dois em situação de risco. Nesses casos, as mães se sentem ainda mais vinculadas ao autor e os filhos tendem a tornar-se adultos traumatizados e em muitos casos reprodutores das violências domésticas e é aí que encontramos também um grande problema, pois enquanto a base da família brasileira representar esse contexto machista e violento teremos um futuro de violência e de mulheres violentadas.

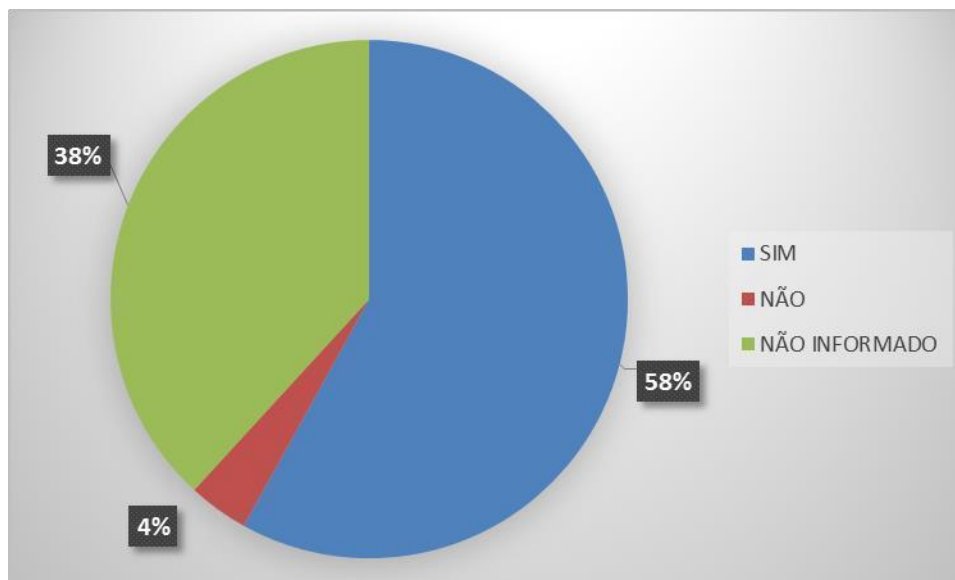
GRÁFICO 9: CASOS DE VIOLÊNCIAS DOMÉSTICA EM QUE AS VÍTIMAS POSSUEM OU NÃO FILHOS, REGISTRADAS NA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA-SE NOS ANOS DE 2012 A 2017.



Fonte: Processos referentes aos crimes de violências domésticos registrados na delegacia regional de polícia civil de Nossa Senhora da Glória - SE nos anos de 2012 a 2017.

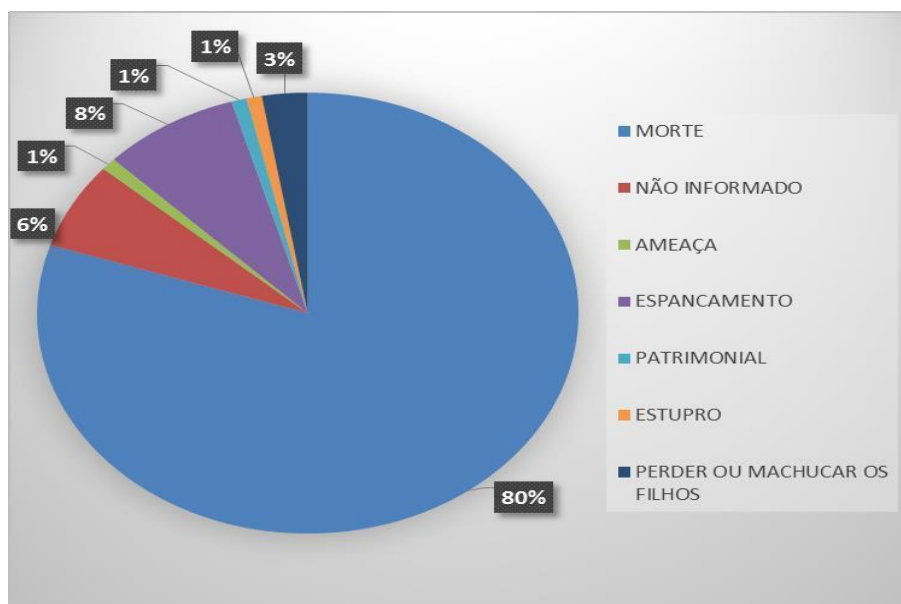
Nos gráficos 10 e 11 avalia-se a porcentagem das vítimas que alegaram percepção de risco e qual é esse risco. Então vemos que 58% sentem estar sobre risco, apenas 4% dizem não perceber algum risco e 38% não informam. Quando a informação é sobre qual o risco, a morte é o principal deles com 80% seguida de 8% do medo de voltar a ser espancada, 6% de casos não informados, 3% quando o medo é de perder ou de que o agressor venha a machucar os filhos. O medo do estupro, medo de perder algum patrimônio ou algum outro tipo de ameaça está com 1% para cada, respectivamente.

GRÁFICO 10: CASOS EM QUE A VÍTIMAS TINHA PERCEPÇÃO DE RISCO DE VIOLÊNCIAS DOMÉSTICA, REGISTRADAS NA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA-SE NOS ANOS DE 2012 A 2017.



Fonte: Processos referentes aos crimes de violências domésticas registrados na delegacia regional de polícia civil de Nossa Senhora da Glória - SE nos anos de 2012 a 2017.

GRÁFICO 11: QUAIS OS RISCOS ALEGADOS PELAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIAS DOMÉSTICA, REGISTRADAS NA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA-SE NOS ANOS DE 2012 A 2017.



Fonte: Processos referentes aos crimes de violências domésticas registrados na delegacia regional de polícia civil de Nossa Senhora da Glória - SE nos anos de 2012 a 2017.

Quando se trata da profissão da vítima a diversidade é grande por isso, apresentamos a tabela a seguir:

TABELA 3: PROFISSÕES DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIAS DOMÉSTICA, REGISTRADAS NA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA-SE NOS ANOS DE 2012 A 2017.

PROFISSÃO	OCORRÊNCIA	FREQUENCIA
LAVRADORA	84	43.17%
GARI	1	0.53%
NÃO INFORMADO	31	16.86%
CABELEIREIRA	5	8.06%
VENDEDORA	4	2.15%
COZINHEIRA	5	8.06%
AUTONOMA	4	2.15%
DESEMPREGADA	4	2.15%
ESTUDANTE	15	8.06%
AUXÍLIAR DE SERVIÇOS GERAIS	3	1.61%
DOMÉSTICA	2	1,0%
BALCONISTAA	2	1,0%
APOSENTADA	3	1.61%
NCIONÁRIA PÚBLICA	1	0.53%
TEC DE INFERMAGEM	1	0.53%
PROFESSORA	3	1.61%
AUXÍLIAR D ENFERMAGEM	1	0.53%
COSTUREIRA	1	0.53%
UXÍLIAR DE ARQUIVOS	1	0.53%
FRENTISTA	1	0.53%
COMERCIÁRIA	2	1,0%
ARRUMADEIRA	1	0.53%
LAVADEIRA	1	0.53%
SERVIÇOS GERAIS	1	0.53%
AGENTE COMUNITÁRIO	1	0.53%
MANICURE	2	1,0%
MILITAR	1	0.53%
ENFERMEIRA	1	0.53%

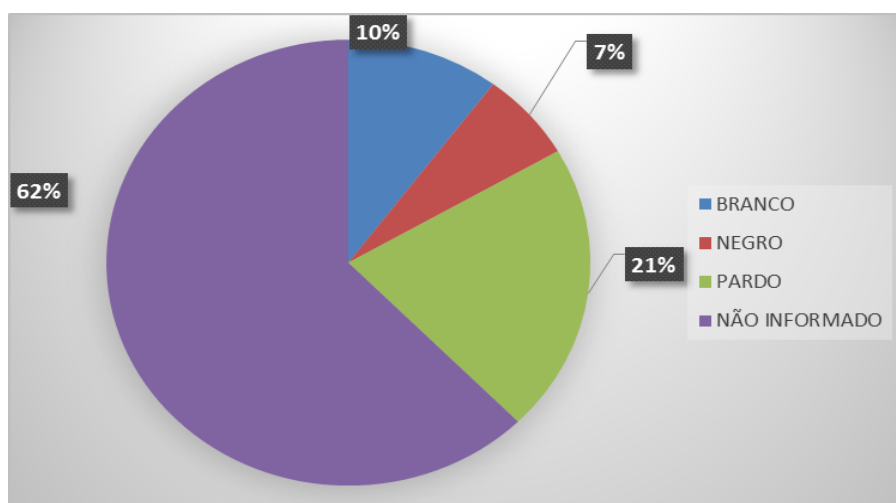
MODELO	1	0.53%
PENSIONISTA	1	0.53%
DESIGNER DE SOMBRACELHA	1	0.53%
AUXÍLIAR DE CONFEITARIA	1	0.53%
TOTAL	186	100%

Fonte: Processos referentes aos crimes de violências domésticos registrados na delegacia regional de polícia civil de Nossa Senhora da Glória - SE nos anos de 2012 a 2017.

A profissão de lavradoras representa o maior índice dos casos registrados 43,17, a estas foram somados os casos em que as vítimas se identificaram como agricultoras, muitas mulheres vivem na cidade, mas mantêm atividades na Zona Rural, por isso identificam como agricultoras ou lavradoras, aliado a isso, manter esse *status quo* é uma maneira de no futuro não ter problemas com aposentadoria voltada aos trabalhadores/as da Zona Rural. Os casos não informados vem logo depois com 16,86% sucedido das cabelereiras, cozinheiras e estudantes com 8.06% para cada. Com a menor porcentagem (0.53%) estão outras profissões.

De acordo com os dados analisados, foi observado que dos documentos preenchidos, 62% das mulheres em situação de violência não informam a cor da cútis. 10% são de cor parda, 10% de cor branca e 7% negras.

GRÁFICO 12: COR DA CÚTIS DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIAS, REGISTRADAS NA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA-SE NOS ANOS DE 2012 A 2017.

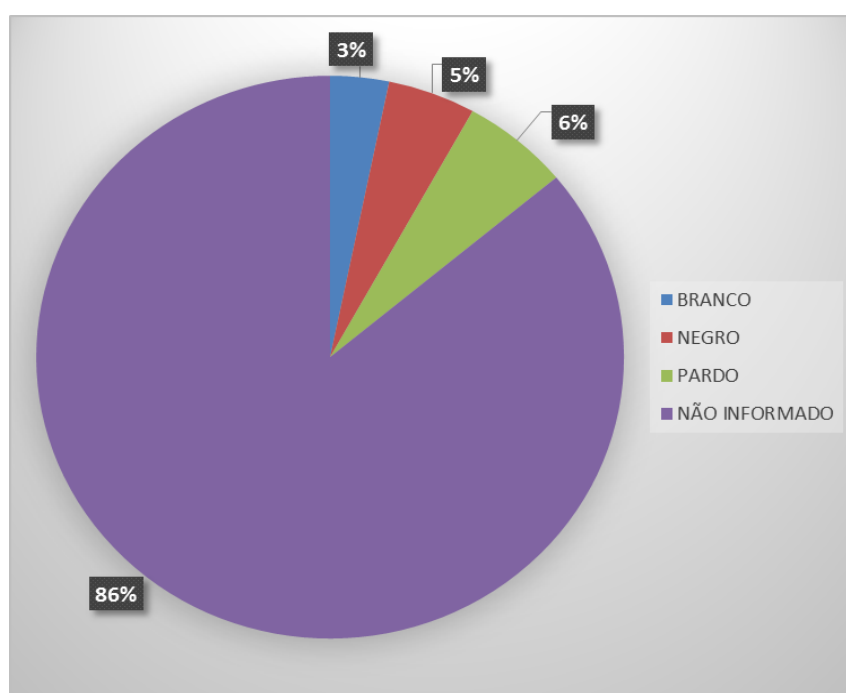


Fonte: Inquéritos referentes aos crimes de violências domésticas registrados na delegacia regional de polícia civil de Nossa Senhora da Glória - SE entre os anos de 2012 a 2017.

DOS DADOS DO AUTOR DE VIOLÊNCIAS DOMÉSTICAS: AS MASCARAS DE UM PERFIL VIOLENTO

Para a construção do perfil dos autores dos casos de violência doméstica, usamos como variáveis: cor da cútis, faixa etária, escolaridade, município de residência, zona de residência, profissão, estado civil, antecedentes criminais e Lei Maria da Penha.

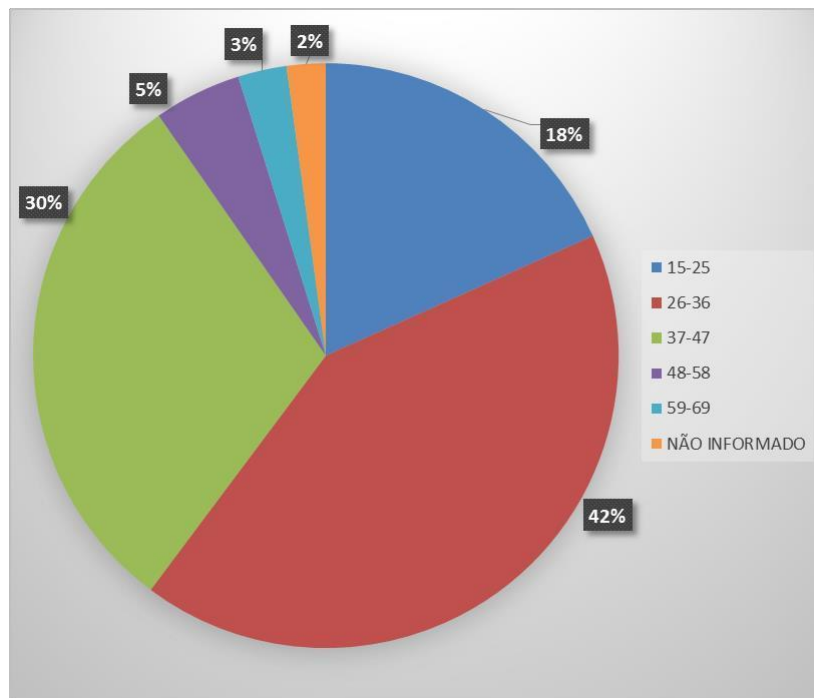
GRÁFICO13: COR DA CÚTIS DO AUTOR DOS AUTORES DE VIOLÊNCIAS DOMESTICAS, REGISTRADAS NA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA-SE NOS ANOS DE 2012 A 2017



Fonte: Processos referentes aos crimes de violências domésticos registrados na delegacia regional de polícia civil de Nossa Senhora da Glória - SE nos anos de 2012 a 2017.

Mais uma vez observamos ausência em relação aos registros desse dado por parte das autoridades policiais. Ou seja, 86% dos dados não foram preenchidos, fato que deixa uma lacuna no tocante à percepção dessa variável. 3% dos casos foram feitos por autores que se consideravam brancos, 6% que se consideravam pardos e 5% que se consideravam negros. No gráfico 14 percebe-se que dos casos que chegaram ao conhecimento público, 42% dos autores tinham entre 26 e 36 anos de idade. 30% representam os autores com 30 à 47 anos, e o menor índice ficou com a faixa etária de 59 – 69 com um total de 3% esse resultado divide lugar com os 2% de não informado.

GRÁFICO 14: FAIXA ETÁRIA DO AUTOR DE VIOLÊNCIAS DOMESTICA, REGISTRADAS NA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA-SE NOS ANOS DE 2012 A 2017.



Fonte: Processos referentes aos crimes de violências domésticos registrados na delegacia regional de polícia civil de Nossa Senhora da Glória - SE nos anos de 2012 a 2017.

Vale ressaltar que os 18% dos registros têm autores entre 15 e 25 anos de idade, ou seja, é um número alto e representativo de como as violências acontecem também entre casais jovens, seja ela cometida por um filho, (Ex) marido ou (Ex) namorado.

Conforme a pesquisa ia se aprofundando notou-se que a maioria dos autores residiam na cidade de Nossa Senhora da Glória certa de 92,51%, seguido de Aracaju capital do Estado com 1,60% e não informado (o autor não revelou ou não foi perguntado qual o seu município de residência) com a mesma porcentagem do anterior, como mostra a tabela 4 abaixo:

TABELA 4: MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA DOS AUTORES DE VIOLÊNCIAS DOMÉSTICA, REGISTRADAS NA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA-SE NOS ANOS DE 2012 A 2017.

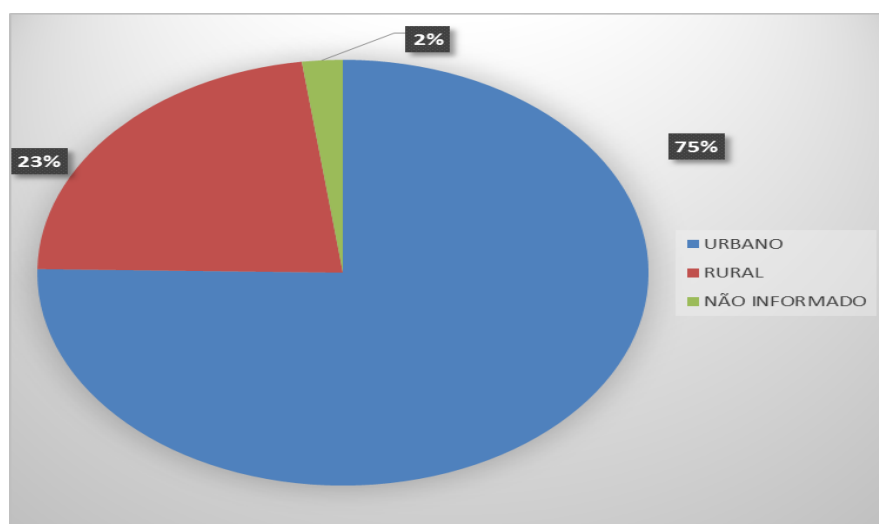
MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA	OCORRÊNCIA	FREQUÊNCIA
MAÇHADOR	1	0,53%
ARACAJU	3	1,60%

RIBEIROPOLIS	1	0,53%
AQUIDABÃ	1	0,53%
NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	173	92,51%
NÃO INFORMADO	3	1,60%
POÇO REDONDO	1	0,53%
PORTO DA FOLHA	1	0,53%
SÃO JOSÉ DA TAPERA/ AL	1	0,53%
GARARU	1	0,53%
LAGARTO	1	0,53%
TOTAL	186	100%

Fonte: Processos referentes aos crimes de violências domésticos registrados na delegacia regional de polícia civil de Nossa Senhora da Glória - SE nos anos de 2012 a 2017.

Em relação a zona de residência, 75% dos agressores são da Zona Rural , 23 % da Zona Urbana e 2% não informado o que coincide com os dados apresentados em relação às vítimas, e mostra, mais uma vez, a escassez de dados sobre violências contra mulheres no interior do Brasil.

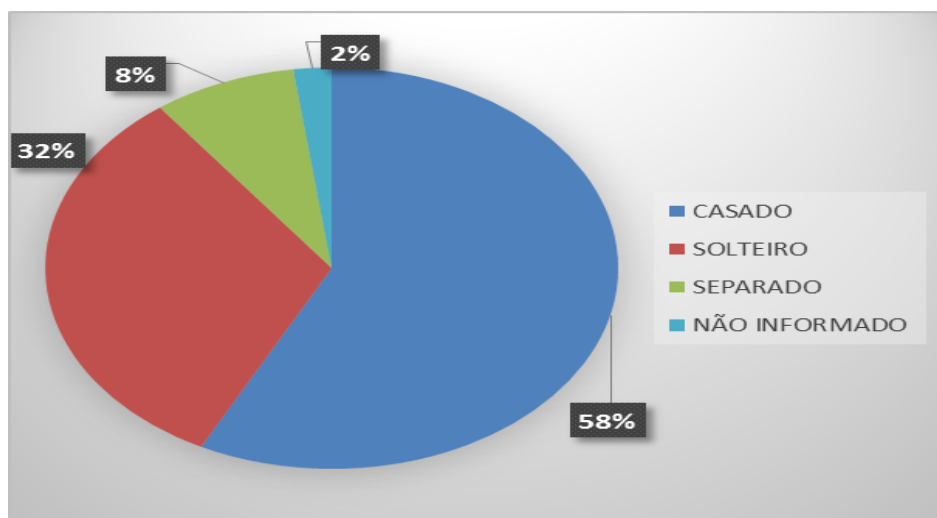
GRÁFICO 15: ZONA DE RESIDÊNCIA DOS AUTORES DE VIOLÊNCIAS DOMÉSTICA, REGISTRADAS NA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA-SE NOS ANOS DE 2012 A 2017.



Fonte: Processos referentes aos crimes de violências domésticos registrados na delegacia regional de polícia civil de Nossa Senhora da Glória - SE nos anos de 2012 a 2017.

No que diz respeito ao estado civil dos autores da violência, pode-se observar através do gráfico 16, que 58% dos agressores eram casados com suas vítimas. 8% eram separados, o que demonstra que não existe uma aceitação com o fim do relacionamento. 32% solteiro e 2% não disse ou não foi perguntado.

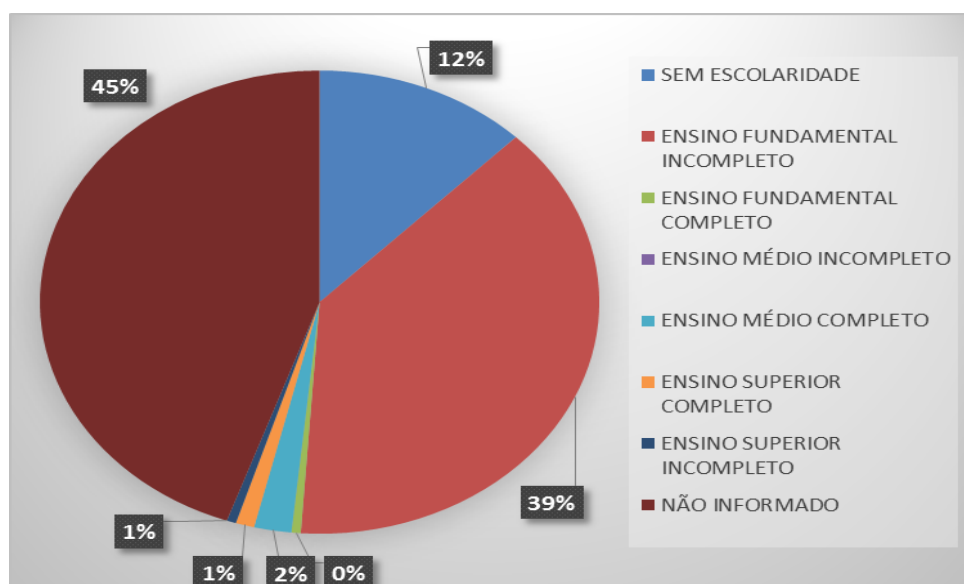
GRÁFICO 16: ESTADO CIVIL DO AUTOR DE VIOLÊNCIAS DOMESTICAS, REGISTRADAS NA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA-SE NOS ANOS DE 2012 A 2017.



Fonte: Processos referentes aos crimes de violências domésticos registrados na delegacia regional de polícia civil de Nossa Senhora da Glória - SE nos anos de 2012 a 2017.

A saída para um mundo mais igualitário e sem violência é a educação de qualidade que abrange todo o contexto social do Brasil e do mundo, entretanto, além da educação gratuita não ser boa, os jovens pobres tendem a largar os estudos para trabalharem, o gráfico 17 mostra que:

GRÁFICO 17: ESCOLARIDADE DO AUTOR DE VIOLÊNCIAS DOMÉSTICAS, REGISTRADAS NA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA- SE NOS ANOS DE 2012 A 2017.



Fonte: Processos referentes aos crimes de violências domésticos registrados na delegacia regional de polícia civil de Nossa Senhora da Glória - SE nos anos de 2012 a 2017.

O gráfico mostra que 45% dos agressores não disseram ou não foram perguntados a eles, 11% não possuem escolaridade, ou seja, sabem no máximo assinar o nome e 39% possuem Ensino Fundamental Incompleto, ou seja, sabem ler e escrever. Apenas 2% possuíam Ensino Médio Completo. 1% Ensino Fundamental Completo, 1% Superior Incompleto e 1% Superior Completo.

Quando o assunto é profissão, existe uma grande variedade a tabela 5 mostra que:

TABELA 5: PROFISSÃO DOS AUTORES DE VIOLÊNCIAS DOMÉSTICA, REGISTRADAS NA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA-SE NOS ANOS DE 2012 A 2017.

PROFISSÃO	OCORRÊNCIA	FREQUENCIA
NÃO INFORMADO	22	11,76%
PEDREIRO	14	7,49%
SERVIÇOS GERAIS	3	1,60%
VENDEDOR	1	0,53%
LAVRADOR	47	25,13%
CARROCEIRO	1	0,53%
VIGILANTE	6	3,21%
MOTORISTA	9	4,81%

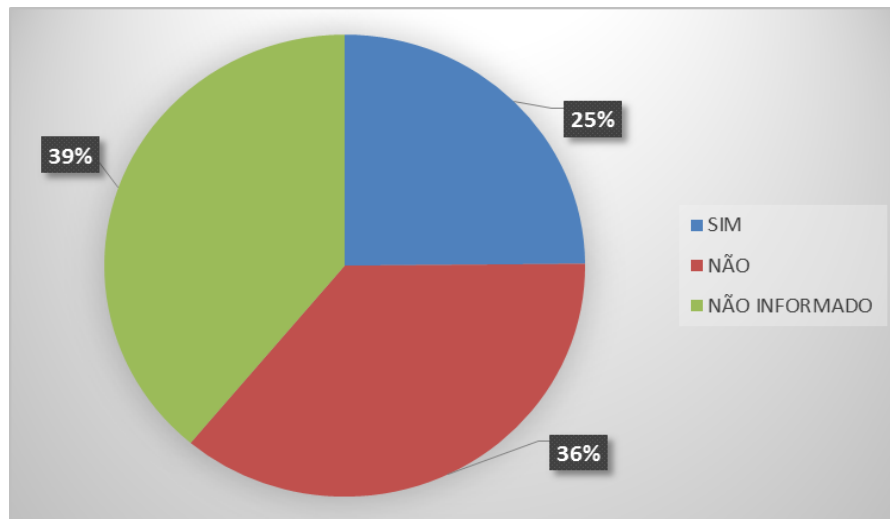
TAXISTA	2	1,07%
PROFESSOR	1	0,53%
PINTOR	4	2,14%
DESEMPREGADO	22	11,76%
VAQUEIRO	5	2,67%
APOSENTADO	4	2,14%
ENCARREGADO	1	0,53%
MILITAR	2	1,07%
MECANICO	13	6,95%
OPERADOR DE MAQUINA	4	2,14%
AUTONOMO	6	3,21%
QUEIJEIRO	2	1,07%
CARPITEIRO	2	1,07%
MONTADOR DE LINHA DE TRANSMISSÃO	1	0,53%
COMERCARIO	3	1,60%
LOGISTA	1	0,53%
PRESTADOR DE SERVIÇOS DA CEF	1	0,53%
ARTESÃO	1	0,53%
GESSEIRO	1	0,53%
SOLDADOR	2	1,07%
SERRALHEIRO	1	0,53%
FRENTISTA	1	0,53%
MOTADOR DE FERRAGENS	1	0,53%
ESTOFADOR	1	0,53%
ENCARREGADO DE PRODUÇÃO	1	0,53%
DIÁRISTA	1	0,53%
TOTAL	186	100%

Fonte: Processos referentes aos crimes de violências domésticos registrados na delegacia regional de polícia civil de Nossa Senhora da Glória - SE nos anos de 2012 a 2017.

Apesar da grande variedade foi notado que mais de 11% estão desempregados e que 25,13% são lavradores, que 7,49% são pedreiros ou serventes e que 4,81% são motorista.

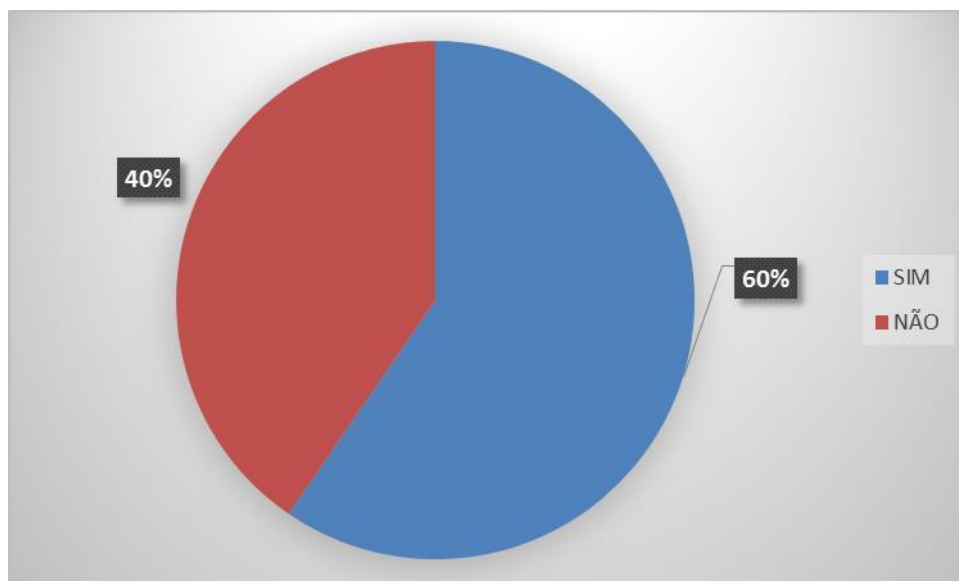
Existem muitos casos recorrentes, que o autor já possui antecedentes criminais, o gráfico 18, mostra que 25% dos autores possuem antecedentes e o gráfico 19 diz que dos 25% que possuem antecedentes 60% foi pela Lei Maria da Penha.

GRÁFICO 18: ANTECEDENTES CRIMINAIS DOS AUTORES DE VIOLÊNCIAS DOMÉSTICA, REGISTRADAS NA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA-SE NOS ANOS DE 2012 A 2017.



Fonte: Processos referentes aos crimes de violências domésticos registrados na delegacia regional de polícia civil de Nossa Senhora da Glória - SE nos anos de 2012 a 2017.

GRÁFICO 19: AUTORES DE VIOLÊNCIAS DOMÉSTICOS REGISTRADOS NA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA - SE NOS ANOS DE 2012 A 2017.

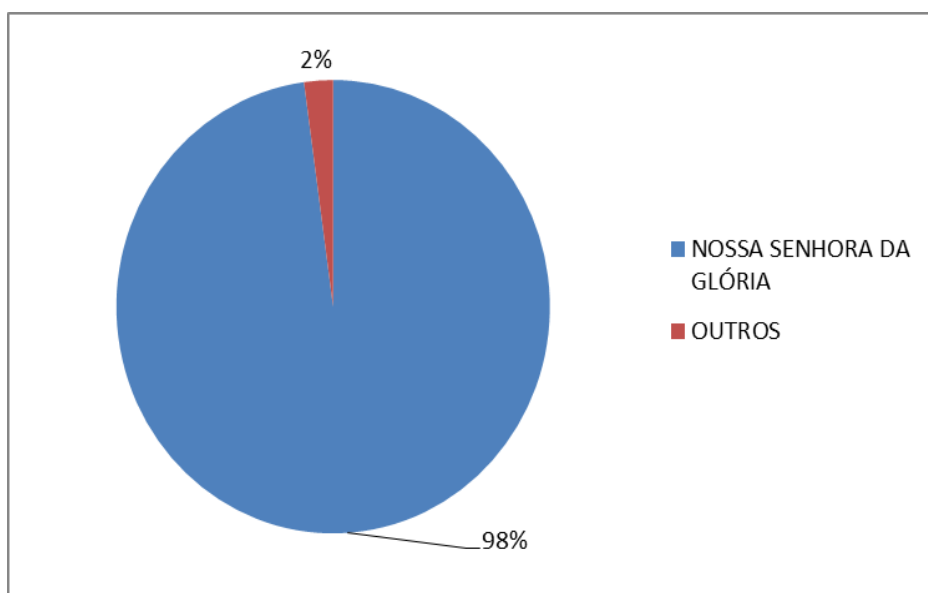


Fonte: Processos referentes aos crimes de violências domésticos registrados na delegacia regional de polícia civil de Nossa Senhora da Glória - SE nos anos de 2012 a 2017.

DA OCORRÊNCIA DOS CRIMES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: OS LUGARES E CONDIÇÕES ECOLHIDOS PELO AUTOR

Como mostra o gráfico 20, 98% das ocorrências registradas acontecem no próprio município e apenas 2% são referentes a outros lugares.

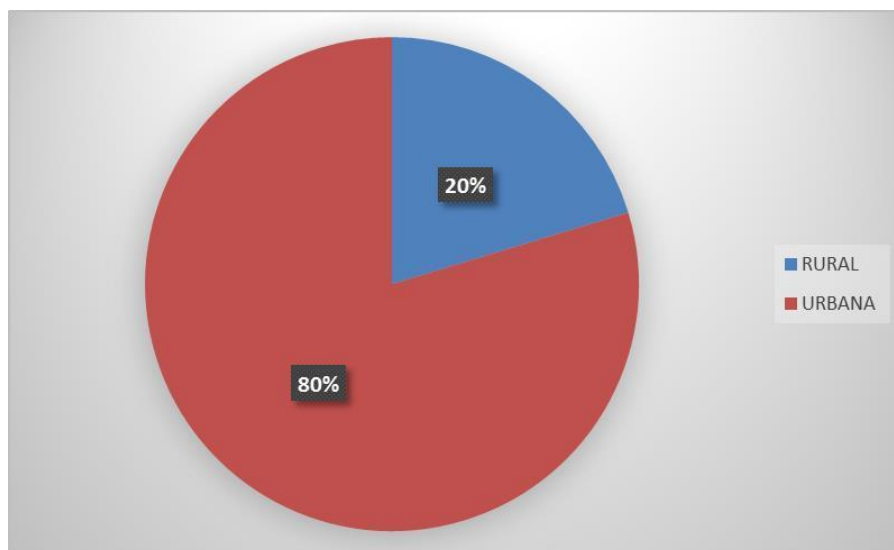
GRÁFICO 20: MUNICÍPIO DA OCORRÊNCIA DOS CRIMES DE VIOLÊNCIAS DOMÉSTICAS REGISTRADOS NA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA - SE NOS ANOS DE 2012 A 2017.



Fonte: Processos referentes aos crimes de violências domésticas registrados na delegacia regional de polícia civil de Nossa Senhora da Glória - SE nos anos de 2012 a 2017.

Outro ponto que chamou atenção foi a zona da ocorrência, 80% são da Zona Urbana, enquanto apenas 20% são da Zona Rural. Essa diferença pode apontar para o silenciamento das mulheres camponesas, que vivem na Zona Rural, segundo Campos (2015), “a rede especializada é deficiente, há falta de profissionais capacitados/as, os serviços estão concentrados nas capitais ou regiões metropolitanas e não chegam a todas as mulheres ” (CAMPOS, 2015, p:522), dentre elas as mulheres camponesas.

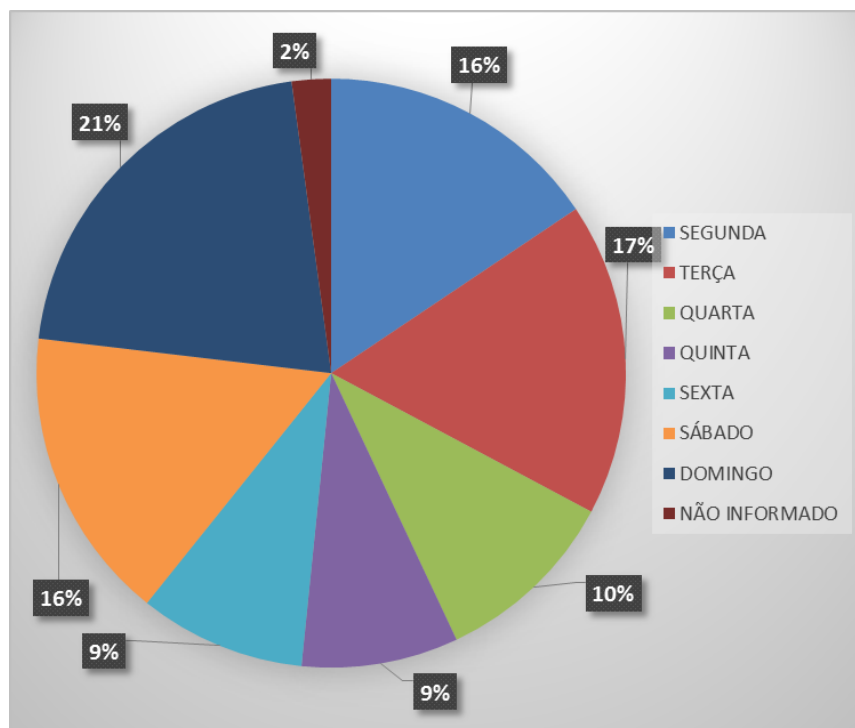
GRÁFICO 21: ZONA DE OCORRÊNCIA DOS CRIMES DE VIOLÊNCIAS DOMÉSTICAS REGISTRADOS NA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA - SE NOS ANOS DE 2012 A 2017.



Fonte: Processos referentes aos crimes de violências domésticas registrados na delegacia regional de polícia civil de Nossa Senhora da Glória - SE nos anos de 2012 a 2017.

O resultado encontrado sobre os dias da semana em que ocorrem as práticas de violência doméstica mostra que o maior índice se concentra no final e início de semana, sendo que o domingo apresenta 21% de casos. Esse dado revela alguns fatores preocupantes, primeiro, a ausência de delegacias especializadas em violência contra mulheres na cidade estudada; segundo, o Estado de Sergipe só possui Instituto Médico Legal na capital sergipana, localizada à 126 Km do município de Nossa Senhora da Glória, o que dificulta o acesso ao exame detalhado de corpo de delito, terceiro, as delegacias geralmente ficam cheias de ocorrências no final de semana, o que pode gerar desconforto nas mulheres que procuram essas instituições para fazer a denúncia. Por outro lado, os resultados apontam também que em todos os dias da semana ocorrem violências no espaço doméstico.

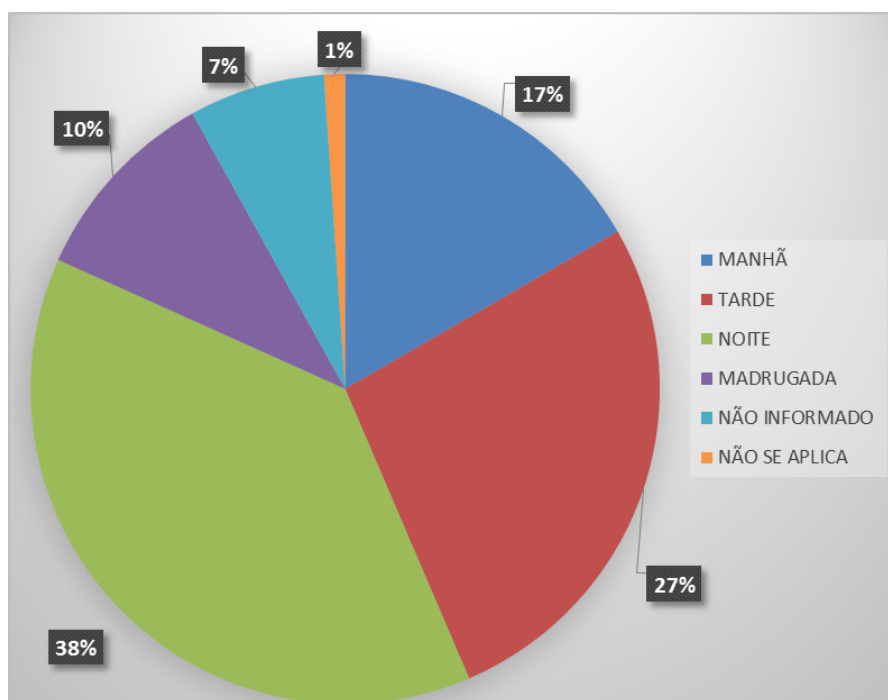
GRÁFICO 22: DIAS DA OCORRÊNCIA DOS CRIMES DE VIOLÊNCIAS DOMÉSTICAS REGISTRADOS NA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA - SE NOS ANOS DE 2012 A 2017.



Fonte: Processos referentes aos crimes de violências domésticas registrados na delegacia regional de polícia civil de Nossa Senhora da Glória - SE nos anos de 2012 a 2017.

Quanto ao turno em que esses crimes acontecem, predomina a noite com 38% e tarde com 27%. Nesse gráfico usamos o “não se aplica” para os casos de violência continuada e recorrente, ficando esses com 1% dos casos.

GRÁFICO 23: TURNO DA OCORRÊNCIA DOS CRIMES DE VIOLÊNCIAS DOMÉSTICAS REGISTRADOS NA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA - SE NOS ANOS DE 2012 A 2017.

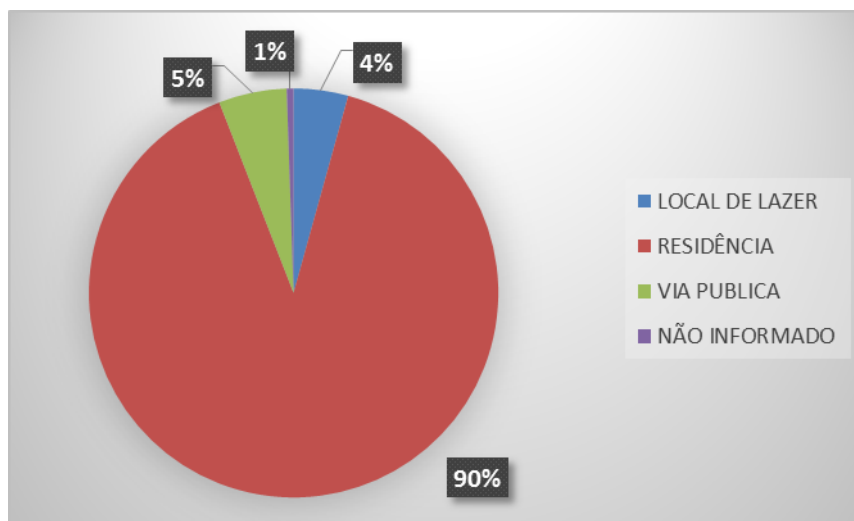


Fonte: Processos referentes aos crimes de violências domésticas registrados na delegacia regional de polícia civil de Nossa Senhora da Glória - SE nos anos de 2012 a 2017.

A violência doméstica ocorre no espaço privado da casa e do aconchego da vítima, representando uma de incidência, 90% dos casos. Isso mostra que as violências são praticadas, na sua grande maioria, em lugares onde outras pessoas não queriam interferir seja com discursos como “em briga de marido e mulher não se mete a colher” “cada um na sua casa com seus problemas “eles são família então que se resolvam” e ainda muitos outros ditos passados de geração para geração que acabam contribuindo com a prevalência deste sistema estrutural que ratifica a violências.

Além disso, muitas vezes a mulher é proibida de manifestar seu sofrimento para que os vizinhos não ouçam, não saibam e há a casos em que as próprias mulheres se silenciam por medo e por vergonha. Pode ser também que essas residências sejam isoladas, como é de muitos setores da Zona Rural. Se somarmos as violências praticadas em locais públicos e de lazer como bares e restaurantes teremos um número de 10% o que significa que espaços “públicos” com presença de outras pessoas não têm intimidado os autores de violência doméstica”.

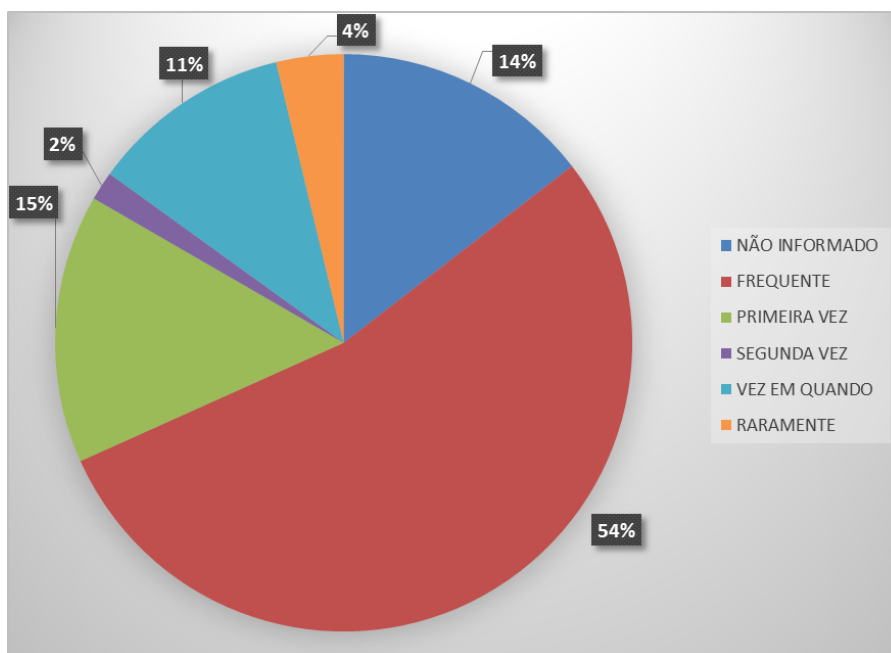
GRÁFICO 24: LOCAL DA OCORRÊNCIA DOS CRIMES DE VIOLÊNCIAS DOMÉSTICAS REGISTRADOS NA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA - SE NOS ANOS DE 2012 A 2017.



Fonte: Processos referentes aos crimes de violências domésticas registrados na delegacia regional de polícia civil de Nossa Senhora da Glória - SE nos anos de 2012 a 2017.

No ato do depoimento a maioria das vítimas deixa bem clara a frequência com que as praticas acontecem. Se for a primeira ou segunda vez, se são agressões frequentes ou se acontecem de vez em quando. As agressões frequentes estão em primeiro lugar com 54% dos casos. Se olharmos para este índice de frequência unindo-o a outros dados aqui apresentados, não é difícil perceber que este número altíssimo pode está relacionado com os motivos pelos quais elas não denunciam, com o vínculo e o tempo de relacionamento que elas têm com o autor, com as profissões dessas mulheres, com a presença de filhos frutos da relação.

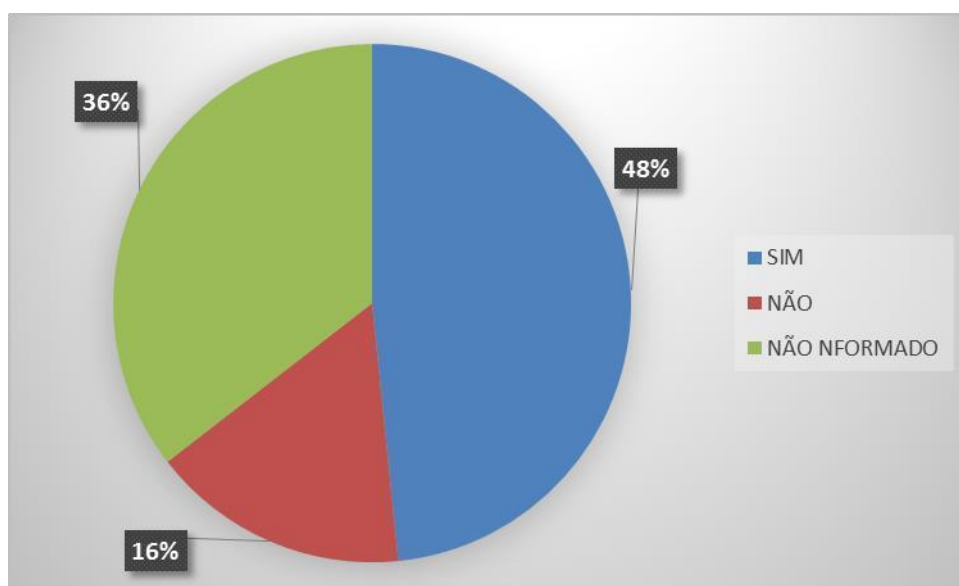
GRÁFICO 25: FREQUÊNCIA DA OCORRÊNCIA DOS CRIMES DE VIOLÊNCIAS DOMÉSTICAS REGISTRADOS NA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA - SE NOS ANOS DE 2012 A 2017.



Fonte: Processos referentes aos crimes de violências domésticas registrados na delegacia regional de polícia civil de Nossa Senhora da Glória - SE nos anos de 2012 a 2017.

Como mostra o próximo gráfico, em 48% dos casos o autor informou que estava sobre uso de algum tipo de droga, 36% não informa e apenas 16% estavam sóbrios. Investigando os depoimentos de vítimas e autores, parte delas revelam que sofrem agressão todas as vezes que eles bebem ou usam algum tipo de entorpecentes, já eles, costumam querer usar o efeito dessas drogas em sua defesa como “eu bibi muito, estava fora de mim” “só fiz porque tinha bebido” enfim, o fato é que essas desculpas são usadas para justificar ações violentas que destroem a vida de inúmeras mulheres e das famílias.

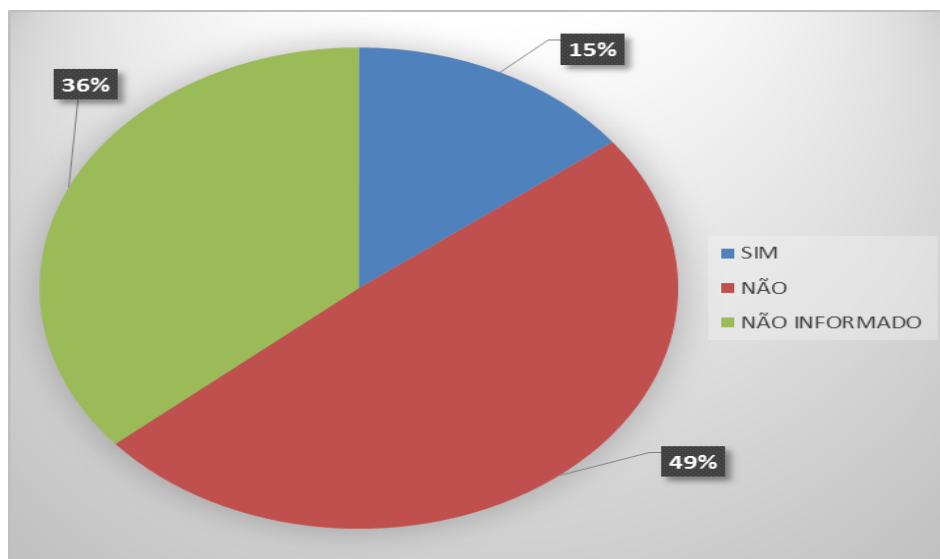
GRÁFICO 26: INFLUÊNCIA DE DROGAS LICITAS OU ILÍCITAS NAS OCORRÊNCIAS DOS CRIMES DE VIOLÊNCIAS DOMÉSTICAS REGISTRADOS NA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA - SE NOS ANOS DE 2012 A 2017.



Fonte: Processos referentes aos crimes de violências domésticas registrados na delegacia regional de polícia civil de Nossa Senhora da Glória - SE nos anos de 2012 a 2017.

É comum que no ato da violência sejam agredidas mais do que uma pessoa, às vezes os filhos da vítima, os pais dela ou até mesmo algum amigo (a), vizinho (a) que tente dar socorro. Em 15% dos casos registrados em Nossa Senhora da Glória teve uma outra vítima. 49% disseram que não houve outra vítima e 36% nãoinformaram.

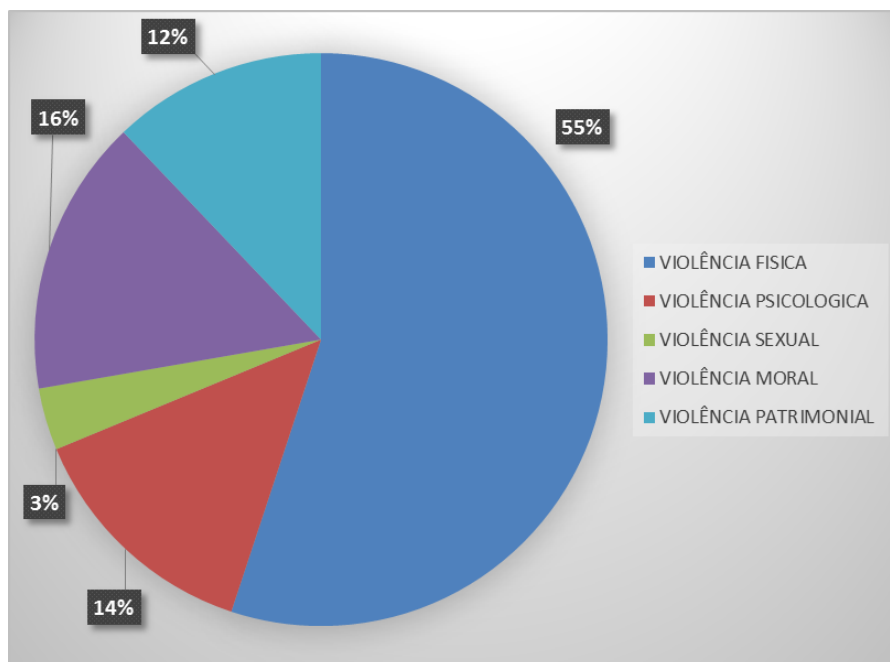
GRÁFICO 27: CASOS DE OUTRA VÍTIMA NAS OCORRÊNCIAS DOS CRIMES DE VIOLÊNCIAS DOMÉSTICAS REGISTRADOS NA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA - SE NOS ANOS DE 2012 A 2017.



Fonte: Processos referentes aos crimes de violências domésticas registrados na delegacia regional de polícia civil de Nossa Senhora da Glória - SE nos anos de 2012 a 2017.

A Lei Maria da Penha tipifica os casos de violências domésticas como violência moral, violência sexual, violência patrimonial, violência física e violência psicológica. O gráfico adiante mostra qual dessas violências ocorre com maior frequência entre os casos registrados nesta delegacia. A violência física lidera com 55% do resultado, seguida da violência moral, psicologia e patrimonial com 16, 14 e 12%, respectivamente. O menor índice é o de violência sexual com apenas 3% dos registros. É válido ressaltar que em muitos casos, as vítimas sofreram mais de um tipo de violência. Nos gráficos 6, 7 e 25 vimos que estes dados mostram o perfil de mulheres que já vem num ciclo violência, e comparando com o gráfico 28, pode-se partir do pressuposto que parte dessas mulheres só vem à delegacia quando são agredidas fisicamente, ou seja as outras violências já vem sendo manifestadas no ciclo e no cotidiano das mesmas, mais ainda há motivos pelos quais essas mulheres veem aceitando e muitas vezes perdendo na expectativa de que o agressor pode vir a melhorar.

GRÁFICO 28: TIPOS DE VIOLÊNCIA DAS OCORRÊNCIAS DOS CRIMES DE VIOLÊNCIAS DOMÉSTICAS REGISTRADOS NA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA - SE NOS ANOS DE 2012 A 2017.



Fonte: Processos referentes aos crimes de violências domésticas registrados na delegacia regional de polícia civil de Nossa Senhora da Glória - SE nos anos de 2012 a 2017.

O álcool é usado como justificativa para a prática da violência em 33,50 % dos casos. Outro motivo, é o pedido de separação, por parte da vítima com 17,73% , com mesmo o valor temos a categoria “OUTROS” para casos que não se encaixavam nas respostas pré-estabelecidas para coleta dos dados da pesquisa. Os casos “não informado”, ciúmes e uso de drogas ficam com 13,79 9,85 e 4.43% respectivamente.

TABELA 6: MOTIVOS DAS OCORRÊNCIAS DOS CRIMES DE VIOLÊNCIAS DOMÉSTICAS REGISTRADOS NA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA - SE NOS ANOS DE 2012 A 2017.

MOTIVAÇÃO	OCORRÊNCIA	FREQUENCIA
CIUMES	20	9,85%
DROGAS	9	4,43%
ALCOOL	68	33,50%
TRAÍÇÃO	5	2,46%
INFLUENCIA FAMILIAR	1	0,49%
PEDIDO DE SEPARAÇÃO	36	17,73%

NÃO INFORMADO	28	13,79%
OUTROS	36	17,73%
TOTAL	203	100%

Fonte: Processos referentes aos crimes de violências domésticas registrados na delegacia regional de polícia civil de Nossa Senhora da Glória - SE nos anos de 2012 a 2017.

DAS MEDIDAS PROTETIVAS: A PROTEÇÃO QUE NEM SEMPRE PROTEGE

Medida Protetiva de urgência é uma ferramenta prevista em Lei para proteger mulheres em caso de violência familiar, tomando como base a Lei Maria Da Penha. O Artigo 19 da Lei Maria Da Penha determina que:

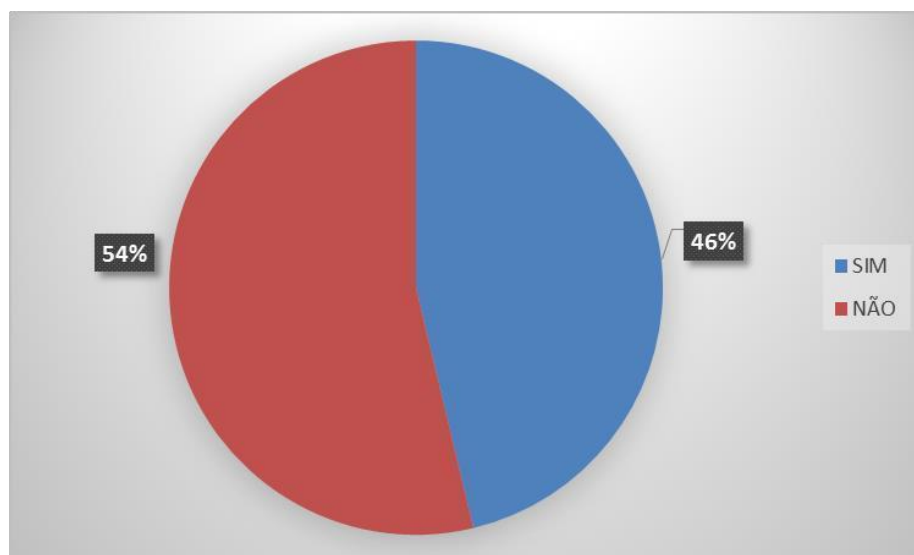
Art. 19 As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida.

§ 1º As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas de imediato, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público, devendo este ser prontamente comunicado.

§ 2º As medidas protetivas de urgência serão aplicadas isolada ou cumulativamente, e poderão ser substituídas a qualquer tempo por outras de maior eficácia, sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados (BRASIL, 2006).

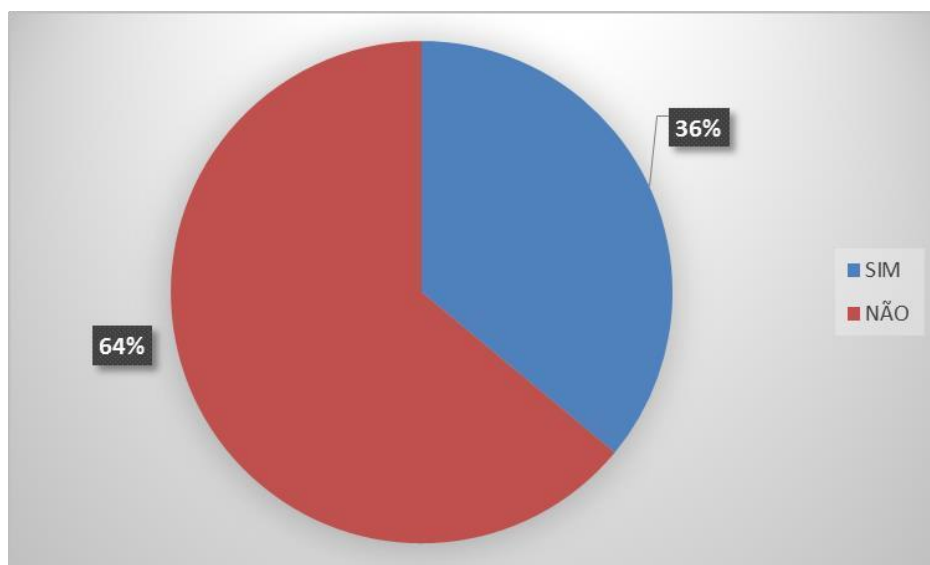
Analisando os dados dessa pesquisa 46% das vítimas pediram a Medida Protetiva de Urgência, mesmo a LMP sendo uma Lei popular poucos conhecem o que ela garante, por isso, pode-se atribuir esta explicação ao valor citado anterior.

GRÁFICO 29: DAS VÍTIMAS QUE SOLICITARAM MEDIDAS PROTETIVAS DAS OCORRÊNCIAS DOS CRIMES DE VIOLÊNCIAS DOMÉSTICAS REGISTRADOS NA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA - SE NOS ANOS DE 2012 A 2017.



Fonte: Processos referentes aos crimes de violências domésticas registrados na delegacia regional de polícia civil de Nossa Senhora da Glória - SE nos anos de 2012 a 2017.

GRÁFICO 30: DAS MEDIDAS PROTETIVAS CONCEBIDAS AS VÍTIMAS DOS CRIMES DE VIOLÊNCIAS DOMÉSTICAS REGISTRADOS NA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA - SE NOS ANOS DE 2012 A 2017.



Fonte: Processos referentes aos crimes de violências domésticas registrados na delegacia regional de polícia civil de Nossa Senhoras da Glória - SE nos anos de 2012 a 2017.

O gráfico 30 mostra que apenas 36% das medidas protetivas que foram pedidas foram concedidas e 64% não foram concebidas, isso mostra que mesmo garantido em lei existe um descaso na concessão das medidas protetivas de urgências.

DO ACESSO A ORGÃOS DE REDE OFICIAL OU INFORMAL DE APOIO: DA RESPONSABILIDADE DO ESTADO À COMOÇÃO DE UMVIZINHO

As vítimas de violências domésticas podem acessar a rede oficial de atendimento às mulheres, que é composta por hospitais, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro Especializado de Assistência Social (CREAS), Organizações não governamentais (ONGS), Casa de abrigo e Conselho Tutelar. A pesquisa mostrou que 42% das mulheres acessaram a rede oficial, sendo que desses 42%, 98% acessaram a rede social na área da saúde, 1% CREAS, 1% Conselho Tutelar. Vale ressaltar que em Nossa Senhora Da Glória existe apenas como rede formal: a saúde representado pelo hospital regional (ver figura 7), Centro Especializado de Assistência Social que é localizado na Avenida 26 de Setembro, s/n – Centro, o conselho tutelar localizado na Praça Filemon Bezerra Lemos, 120 – Centro (ver figura 8) e por último o Centro de Referência de Assistência Social que é localizado na Rua 03 , 292 – Jardim Do Sertão

FIGURA 7- HOSPITAL REGIONAL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA



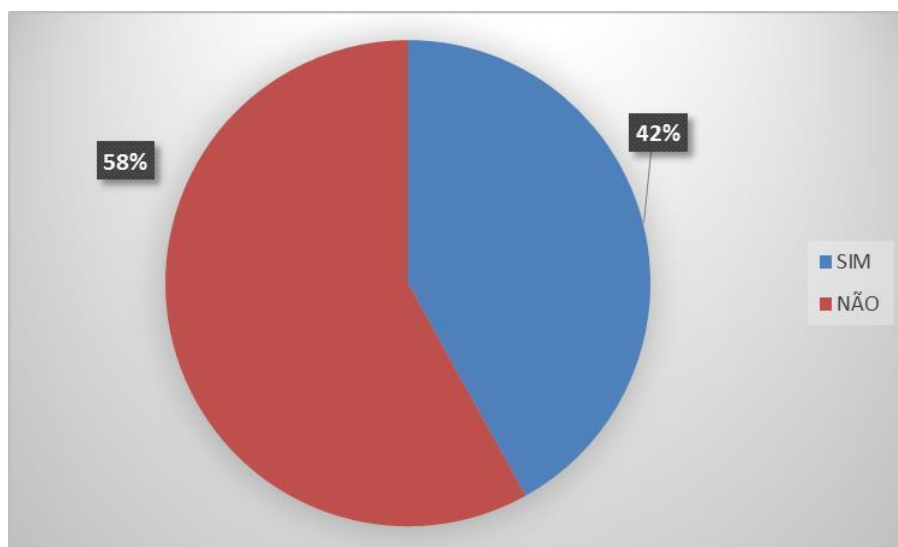
Fonte: Google Maps

FIGURA 8-CONSELHO TUTELAR DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA



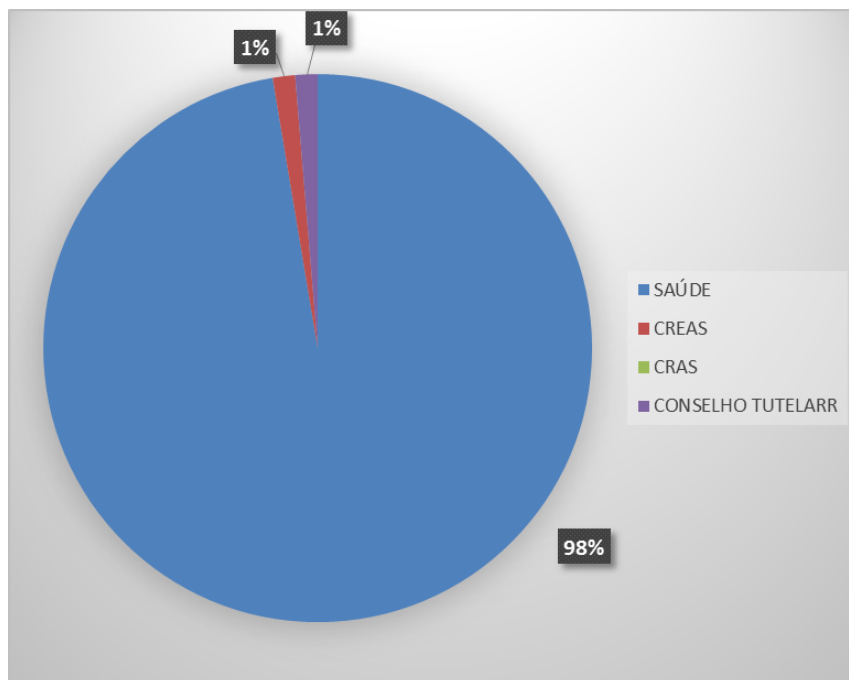
Fonte: Google Maps

GRÁFICO 31: VÍTIMAS QUE ACESSARAM A REDE DE APOIO OFICIAL DOS CRIMES DE VIOLÊNCIAS DOMÉSTICAS REGISTRADOS NA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA - SE NOS ANOS DE 2012 A 2017.



Fonte: Processos referentes aos crimes de violências domésticas registrados na delegacia regional de polícia civil de Nossa Senhora da Glória - SE nos anos de 2012 a 2017.

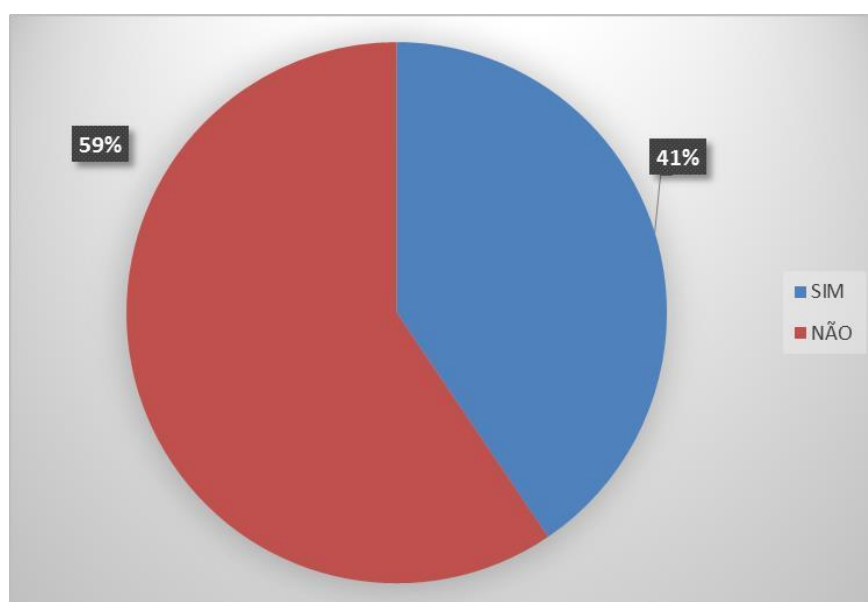
GRÁFICO 32: QUAIS OS ÓRGÃOS DA REDE OFICIAL FORAM ACESSADOS PELAS VÍTIMAS DOS CRIMES DE VIOLÊNCIAS DOMÉSTICAS REGISTRADOS NA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA - SE NOS ANOS DE 2012 A 2017.



Fonte: Processos referentes aos crimes de violências domésticas registrados na delegacia regional de polícia civil de Nossa Senhora da Glória - SE nos anos de 2012 a 2017.

Não existe apenas a rede oficial, existe também uma rede informal que se estabelece através de contatos de pessoas próximas à vítima. Esta rede tem um papel importante para a segurança da mulher, visto que é através dela que o pedido de ajuda imediata ocorre, muitas das pessoas acionadas são responsáveis por fazerem a denúncia do crime, ou acompanhar a mulher em situação de violência nas delegacias e no hospital da cidade. Sendo assim, o gráfico mostra que 41% das mulheres tiveram acesso a rede informal:

GRÁFICO 33: VÍTIMAS QUE ACESSARAM A REDE DE APOIO INFORMAL DOS CRIMES DE VIOLÊNCIAS DOMÉSTICAS REGISTRADOS NA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA - SE NOS ANOS DE 2012 A 2017.



Fonte: Processos referentes aos crimes de violências domésticas registrados na delegacia regional de polícia civil de Nossa Senhora da Glória - SE nos anos de 2012 a 2017.

Dos 41% que tiveram acesso a rede informal 21,11% acessaram os vizinhos, isso demonstra o quão é importante e de certa forma mais seguro para as mulheres quando moram perto de outras famílias. Diferente das maiorias das mulheres do campo, as mulheres urbanas, possuem essa “vantagem”, podem ser ouvidas quando conseguem gritar ao pedir socorro.

TABELA 7: QUEM FOI ACESSADO INFORMALMENTE NOS CRIMES DE VIOLÊNCIAS DOMÉSTICAS REGISTRADOS NA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA - SE NOS ANOS DE 2012 A 2017.

QUEM FOI ACESSADO?	OCORRÊNCIA	FREQUENCIA
VIZINHOS	19	21,11%
AMIGO	5	5,56%
PAI	3	3,33%
IRMÃO (Ã)	8	8,89%
FAMILIA	1	1,11%
FILHO	22	24,44%
MÃE	9	10,00%

TIA	1	1,11%
CONHECIDO	9	10,00%
COMADRE	1	1,11%
NAMORADO	1	1,11%
FAMILIAR	9	10,00%
MARIDO	1	1,11%
DIREITORA DA CRECHE DA FILHA	1	1,11%
TOTAL	80	100%

Fonte: Processos referentes aos crimes de violências domésticas registrados na delegacia regional de polícia civil de Nossa Senhora da Glória - SE nos anos de 2012 a 2017.

5 CONCLUSÃO

Para a conclusão desse relatório de pesquisa apontamos que na cidade de Nossa Senhora da Glória, com as análises dos dados obtidos que os casos em sua grande maioria venham de relacionamentos longos, especialmente, a partir do quinto ano de relação e que essas mulheres em situação de violências, muitas das vezes, ao sofrerem as primeiras agressões não denunciaram seja por medo, ou por não entender que o que passou era uma forma de violência.

Muitas dessas mulheres vítimas de uma sociedade patriarcal não possuem uma escolaridade avançada, onde 23% não concluíram o Ensino Fundamental, é possível que isso aconteça devido a proibição de seus companheiros reforçando ainda mais a ideia de sociedade patriarcal que vem sendo desenvolvida.

Os autores, por sua vez, também possuem um nível escolar baixo. Cerca de 39% não terminou o Ensino Fundamental e 1% possuem Ensino Superior, vale ressaltar que é comum no Alto Sertão sergipano que muitas pessoas, ainda crianças, deixem de frequentar a escola para trabalhar.

Independente do qual dia da semana seja uma mulher é agredida e quando essa mulher consegue denunciar e ao pedir a Medida Protetiva ela conta com uma falha junto ao

Estado, apenas 36% são concedidas o que fere totalmente a condição de liberdade da vítima, porque ao denunciar, ficam mais vulneráveis ao desejo de vingança do autor. Com essa gigante falha da rede formal quem vai garantir a eficiência da lei?

É necessário que profissionais capacitados e treinados para receber esses tipos de casos estejam em todas delegacias e que os pontos de abrigos saiam da capital e comecem a adentrar o interior do Estado e, principalmente, que as mulheres camponesas que atualmente somam apenas 20% das denúncias, talvez, ainda se encontrem silenciadas e esquecidas. Apenas recebê-las em uma delegacia não basta, é necessário um apoio psicológico para tratar todos os traumas internos sofridos.

Esta pesquisa foi feita através de uma instituição que acerca de quatro anos se instalou no Alto Sertão sergipano. O Campus do Sertão possui uma característica agrária, mas que não poderia faltar o lado humano. E por ajudar ao campus aprender a olhar para o lado social e dá voz as mulheres dentro e fora do campus, que uma pesquisa como esta é de suma importância.

Alunos das ciências agrárias pesquisando no âmbito antropológico só reforçam a ideia central do campus que é formar profissionais multidisciplinares e com pensamento crítico.

6 PERSPECTIVAS DE FUTUROS TRABALHOS

Publicação do relatório, em forma de artigo, em uma revista científica e participação em congressos e seminários de pesquisa com foco nas violências de gênero.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 -Lei Maria da Penha de 2006 **Disponível em:** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. **Acesso em:** dezembro de 2018.

COSTA, Patrícia R.S. M. **.Entre o Fato e a Lei: Representação, Justiça e Gênero no Crime de Estupro**. 1. ed. Guarapari: ExLibris. p.220, 2008.

DEBERT, G. G.; GREGORI, M. F. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Rev. bras. Ciên. Soc.**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 165-185, 2008.

SAFFIOTI, H. (Ed.). **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. P.151, 2004.

WATTS, C.; ZIMMERMAN, C. Violence against women: Global scope and magnitude. *Lancet*, v. 359, p.1232-1237, 2002.

8 OUTRAS ATIVIDADES

O desenvolvimento do presente projeto de pesquisa também esteve acompanhado da realização de atividades de extensão dentro do Campus do Sertão, versando sobre a temática da violência contra as mulheres e da diversidade social, sendo assim apresentamos algumas ações que desenvolvemos, fruto da nossa participação no PIBIC

- Participação na II Semana de Antropologia da Universidade Federal de Sergipe, realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA/UFS), que ocorreu nos dias 27 a 30 de outubro de 2018 no Campus São Cristóvão e teve como tema “Política e o saber antropológico”. O objetivo do evento foi discutir sobre o papel da antropologia como campo de saber e de atuação frente às diferentes relações de poder e ao sistema político, contando com grupos de trabalho, mesas redondas, conferências, minicursos e outras atividades.

- Realização das ações de extensão “57 dias de ativismo pelo fim da violência contra mulher”, efetivada no Campus do Sertão. O objetivo do evento foi debater e alertar sobre os altos índices de violências que atinge mulheres no Brasil. A equipe do grupo XiqueXique: grupo de pesquisa sobre gênero e sexualidade/CNPQ/UFS, executou as atividades.

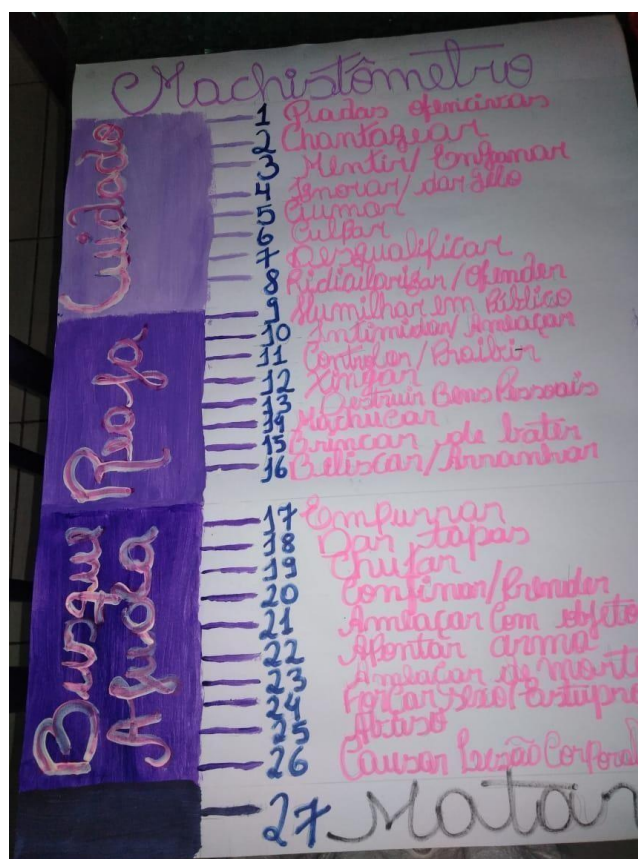
- Realizamos a construção de cartazes versando sobre formas de machismo, assédio sexual e feminismo. Os cartazes foram espalhados pelo Campus do Sertão (ver figuras 1 e 2). Estas atividades foram realizadas com o intuito de chamar a atenção das mulheres e dos homens (alunos/as, professores/as, técnicos/as administrativos/as) do Campus sobre o assédio saber o que elas “já deixaram de fazer por ser mulher” e “sou mulher e (ver figura 3)”, “meu corpo minhas regras” (ver figura 4) também foi posto cartaz

no banheiro masculino com o objetivo de conscientizar sobre o assédio. (ver figura5)

- Participação na palestra de abertura da SEMAC/2018. O conferencista da abertura da semana do Campus, professor Dr. Antenor de Oliveira Aguiar Netto, vestiu a camisa da campanha “57 dias de ativismo pelo fim da violência contra mulher” realizada pelo grupo XiqueXique.
- Sessões de cinema intitulado Cinexique que tinha como objetivo debater sobre o documentário “Primavera das Mulheres” (ver figura6).

Todas as ações contaram com a participação efetiva das alunas bolsista e voluntária do projeto “Você vai se arrepender de levantar a mão pra mim?”: Incidência e diagnóstico dos casos de violência doméstica que atingem as mulheres do alto sertão sergipano.

FIGURA 1- MACHISTÔMETRO- NÍVEIS DE MACHISMO EXISTENTES



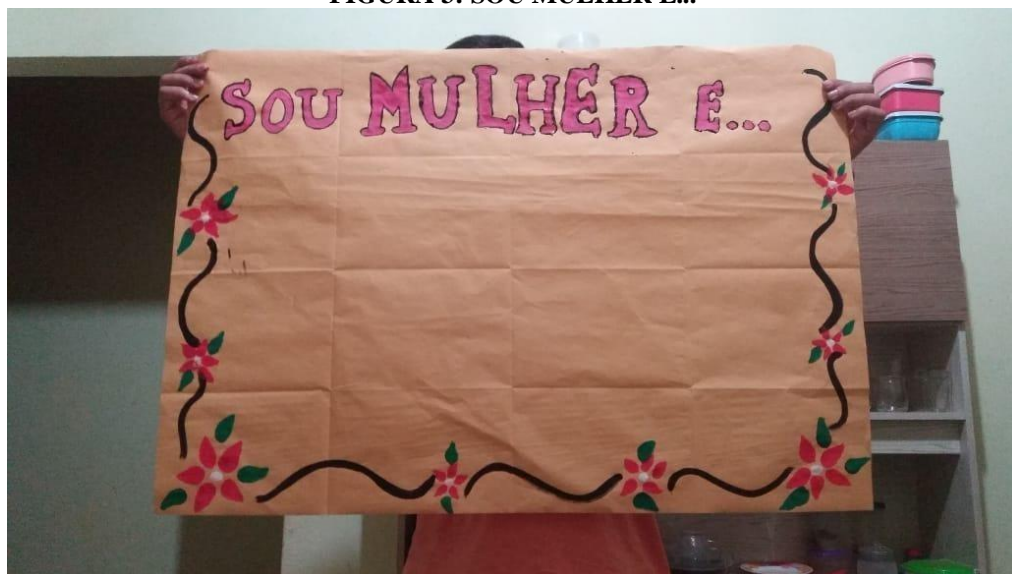
fonte: Acervo pessoal, 2018.

FIGURA 2: ALUNA DO CAMPUS DO SERTÃO OBSERVANDO O MACHISTÔMETRO



fonte: Acervo pessoal, 2018.

FIGURA 3: SOU MULHER E...



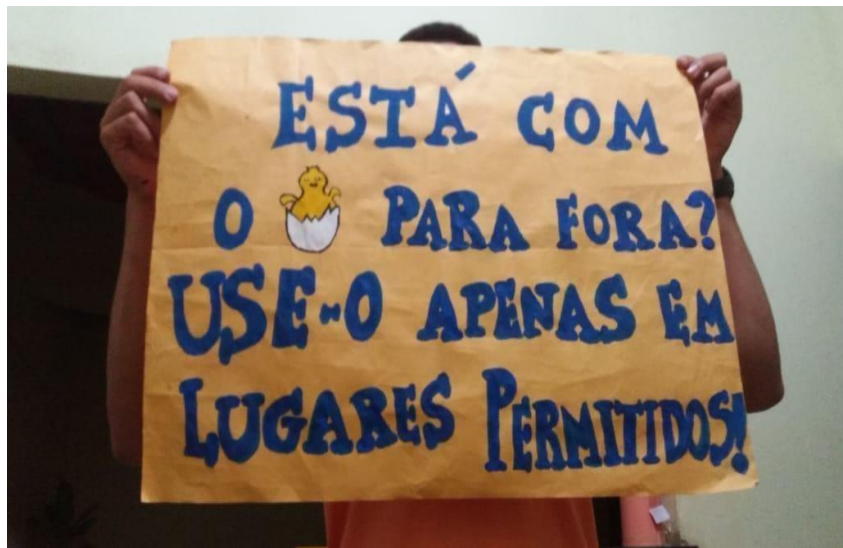
fonte: Acervo pessoal, 2018

FIGURA 4: MEU CORPO MINHAS REGRAS



FONTE: Acervo pessoal, 2018.

FIGURA 5- SOBRE O ASSÉDIO



FONTE: Acervo pessoal, 2018.

FIGURA 6: PALESTRANTE DA ABERTURA DA SEMAC/CAMPUS SERTÃO VESTINDO A CAMISA DA CAMPANHA “57 DIAS DE ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER” REALIZADA PELO GRUPO XIQUEXIQUE.



fonte: Acervo pessoal, 2018.

9 JUSTIFICATIVA DE ALTERAÇÃO NO PLANO DE TRABALHO

Tivemos que adequar o marco temporal da pesquisa porque a delegacia não permitiu ter acesso aos inquéritos e processos de 2018, sendo assim, ajustamos o marco temporal para os anos de 2012 a 2017 e tivemos acesso a todos os inquéritos registrados nesse período.